

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - *CAMPUS* SOROCABA
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

MANOELA OLEGÁRIO DA COSTA

CONHECIMENTO TRADICIONAL E ENSINO FORMAL: DESAFIOS EDUCACIONAIS ENTRE
QUILOMBOLAS NO VALE DO RIBEIRA (SP)

Sorocaba, 2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

MANOELA OLEGÁRIO DA COSTA

Conhecimento tradicional e ensino formal: desafios educacionais entre quilombolas no Vale do Ribeira (SP)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de licenciado no curso de ciências Biológicas – Licenciatura Plena, da Universidade Federal de São Carlos Campus de Sorocaba.

Sorocaba, 18 de dezembro de 2020.



Orientadora: _____
Prof.^a Dr.^a Juliana Rezende Torres



Examinador: _____
Prof. Dr. Marcelo Nivert Schlindwein



Examinadora: _____
Prof.^a Dr.^a Lourdes de Fátima Bezerra Carril

Olegário, Manoela

Conhecimento tradicional e ensino formal: desafios educacionais entre quilombolas no Vale do Ribeira (SP) / Manoela Olegário -- 2020. 55f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Juliana Rezende torres

Banca Examinadora: Lourdes de Fátima Bezerra Carril, Marcelo Nivert Schlindwein, Helbert Medeiros Prado (Coorientador)

Bibliografia

1. Ensino Formal. 2. Educação Quilombola. 3. Etnoecologia. I. Olegário, Manoela. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979

Para aqueles que sempre estiveram comigo e aqueles que nem o tempo foi capaz de descrever a grandeza do meu amor.

Agradeço imensamente a minha colega de trabalho Letícia e ao professor Helbert, um coorientador excepcional.

Um trabalho repleto de pessoas incríveis, que com grande carinho compartilharam a sua história para que eu pudesse traçar a minha.

RESUMO

Escolas inseridas em contextos quilombolas passam por desafios que vão além de um Projeto Político Pedagógico adaptado. Neste trabalho, narrativas locais sobre educação nas comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima (Vale do Ribeira, SP) são apresentadas. As narrativas são discutidas à luz dos desafios de se integrar saber tradicional e ensino formal de crianças e jovens na região. Os registros foram feitos por meio de entrevistas informais e observação do cotidiano local. Os resultados concentram aspectos da história de vida, socialização e reflexões sobre educação de oito indivíduos, entre quilombolas e professoras que atuam na região. As condições do transporte escolar foi uma das principais dificuldades reportadas. Propostas e ações locais para a inclusão de um Ensino Diferenciado no currículo escolar também puderam ser registradas. Porém, o desafio de uma integração mais efetiva e constante entre cultura quilombola, saberes locais e ensino formal nas escolas permanece. A escola, se vista como um ambiente multicultural e democrático, tem reflexos positivos não somente nas populações locais, mas no conjunto da sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação quilombola, Educação Formal, Etnoecologia, Abordagem Etnográfica.

ABSTRACT

Schools inserted in quilombola contexts face challenges that go beyond an adapted Pedagogical Political Project. In this study, local narratives about education in the Pedro Cubas and Pedro Cubas de Cima communities (Vale do Ribeira, SP) are presented. Narratives are discussed in light of the challenges of integrating traditional knowledge and formal education for local children and adolescents. Data were collected through informal interviews and daily life observation in the context. The results showed aspects of life history, socialization, and reflections on education of eight individuals, among quilombolas and teachers who work in the region. School transport conditions were within the main difficulties reported. Proposals and local actions for the inclusion of differentiated teaching in the school curriculum could be also reported. However, the challenge of a more effective and permanent integration between quilombola culture, local knowledge, and formal education in schools remains. The school, seen as a multicultural and democratic environment, impacts positively not only local populations but the society as a whole.

KEYWORDS

Quilombola Education, Formal Education, Ethnoecology, Ethnographic Approach.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2. OBJETIVOS..... | 9 |
| 3. METODOLOGIA..... | 10 |
| 3.1 ÁREA DE ESTUDO..... | 10 |
| 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS COMUNIDADES ESTUDADAS..... | 12 |
| 3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS..... | 15 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 18 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS..... | 18 |
| 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES E DEMAIS ENTREVISTADOS..... | 22 |
| 4.3 DIFICULDADES E LUTA PELA SAÚDE, EDUCAÇÃO E PERMANÊNCIA..... | 26 |
| 4.4 O LUGAR DA CULTURA NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA..... | 33 |
| 4.5 O CONHECIMENTO EMPÍRICO DOS MORADORES..... | 35 |
| 4.6 O ENSINO DIFERENCIADO NAS ESCOLAS..... | 36 |
| 4.7 ROÇA DE COIVARA, ALIMENTAÇÃO E ESCOLA..... | 44 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 48 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 50 |
| 7. LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... | 54 |

1. Introdução

A perda da biodiversidade no Brasil e no mundo, e o desaparecimento de culturas tradicionais, têm se dado de maneira acelerada nas últimas décadas (DIRZO *et al.* 2014; BRONDIZIO & TOURNEAU 2016). Sabe-se, entretanto que populações locais de pequena escala (ou populações tradicionais) em geral possuem um rico conhecimento ecológico, adotando atividades de baixo impacto ambiental em suas práticas produtivas (MORAN, 2010). Portanto, o reconhecimento e a valorização de práticas tradicionais podem trazer dignidade, segurança alimentar e soberania econômica às populações rurais, bem como benefícios à conservação ambiental (HANAZAKI 2003, ALVES *et al.* 2010).

As relações de menor impacto com o meio natural característico das populações tradicionais possui uma gama de práticas e percepções ambientais diferentes das que foram construídas no meio acadêmico. Os conhecimentos locais (ou tradicionais) envolvem epistemologias ambientais próprias, distintas do conhecimento científico normativo (CAMPOS 2002; PRADO & MURRIETA 2015).

As populações remanescentes de quilombos se inserem nessa problemática no contexto brasileiro. Denominados originalmente na literatura como mocambos ou quilombos (GOMES, 2015), tratava-se de agrupamentos de ex escravos que se distribuíram por toda a América Latina ao longo do período colonial. Hoje, as populações remanescentes de quilombo¹ localizam-se, no geral, em áreas rurais (CARRIL, 2002). O processo de formação desses grupos se deu por diferentes maneiras, sendo que as populações recentes de remanescentes tiveram sua origem pela fuga da escravidão, pelo abandono pelos seus senhores e até mesmo por doações de terras por parte dos colonizadores (GOMES, 2015).

Por se caracterizarem pelo estilo de vida de semi isolamento geográfico, esses grupos possuem uma relação diferenciada com o meio natural. Assim, o modo de vida tradicional quilombola é dado por complexos saberes ecológicos e da paisagem, e por seu modo de subsistência baseado no cultivo de coivara (PRADO & MURRIETA, 2018).

¹ O termo técnico *remanescente das comunidades de quilombo* utilizado neste trabalho está de acordo com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Brasileira de 1988. Entretanto, o termo “remanescente” não está sendo utilizado neste trabalho em uma perspectiva a-histórica, no sentido de reprodução atual de um modo de vida do passado (ANDRADE & TRECCANI, 2000).

No Vale do Ribeira, historicamente o cultivo de coivara era o principal meio de vida entre os quilombolas, associada a um padrão de ocupação das unidades domésticas distantes entre si no âmbito da paisagem (TAQUEDA, 2009). Tanto a prática tradicional de coivara como a configuração espacial das comunidades se alteraram sobremaneira ao longo do século XX (VASCONCELLOS, 2004).

Estas mudanças têm sido dirigidas por um processo histórico multifatorial, envolvendo a atuação na região de forças econômicas, políticas públicas e ambientais, entre outros fatores. Essa dinâmica também tem alterado o modo de vida mais tradicional e os processos de socialização dos mais jovens (ADAMS *et al.*, 2012). Paralelamente, há cada vez mais interesse dos mais velhos, incluindo lideranças da comunidade, em proporcionar uma vida com mais estudo e possibilidades de trabalho na cidade para as novas gerações (PRADO, 2016).

Por outro lado, é de interesse das lideranças uma geração mais engajada nas questões políticas da comunidade e consciente de sua importância. Surge, portanto a problemática do papel da escola em incluir elementos do conhecimento tradicional quilombola, em seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Numa perspectiva do ensino diferenciado, a escola deve adaptar-se à realidade concreta na qual os alunos se inserem (FREIRE 2006; CARRIL, 2017).

Essa complexa interação entre saber local e ensino formal no contexto quilombola do Vale do Ribeira, despertou a temática neste Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas. As peculiaridades culturais dessas comunidades demandam uma abordagem educacional diferenciada. Uma adaptação curricular das escolas rurais que atendem comunidades remanescentes, baseada no reconhecimento e inclusão dos remanescentes de quilombolas como parte do contexto escolar brasileiro. Esta deve incluir através de abordagens multidisciplinares tradições orais quilombolas, seus conhecimentos tradicionais, bem como sua forma distinta de relação com os elementos naturais presentes em seu meio.

2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é discutir a relação entre saber tradicional e ensino formal no contexto quilombola do Vale do Ribeira (SP), a partir das narrativas dos moradores locais sobre essa problemática. O trabalho também discute como as escolas rurais da região poderiam atuar em parceria com as comunidades quilombolas visando

a inclusão do ensino diferenciado no Projeto Político Pedagógico das mesmas. Os objetivos específicos deste trabalho foram:

- Expor relatos sobre o processo de socialização e constituição do conhecimento tradicional dos moradores;
- Registrar as percepções sobre educação e experiências escolares pessoais entre os moradores, além das percepções gerais dos profissionais da educação que atuam na região;
- Discorrer sobre concepções locais acerca da relação entre conhecimento tradicional e ensino formal, seus desafios e oportunidades.

3. Metodologia

3.1 Área de estudo

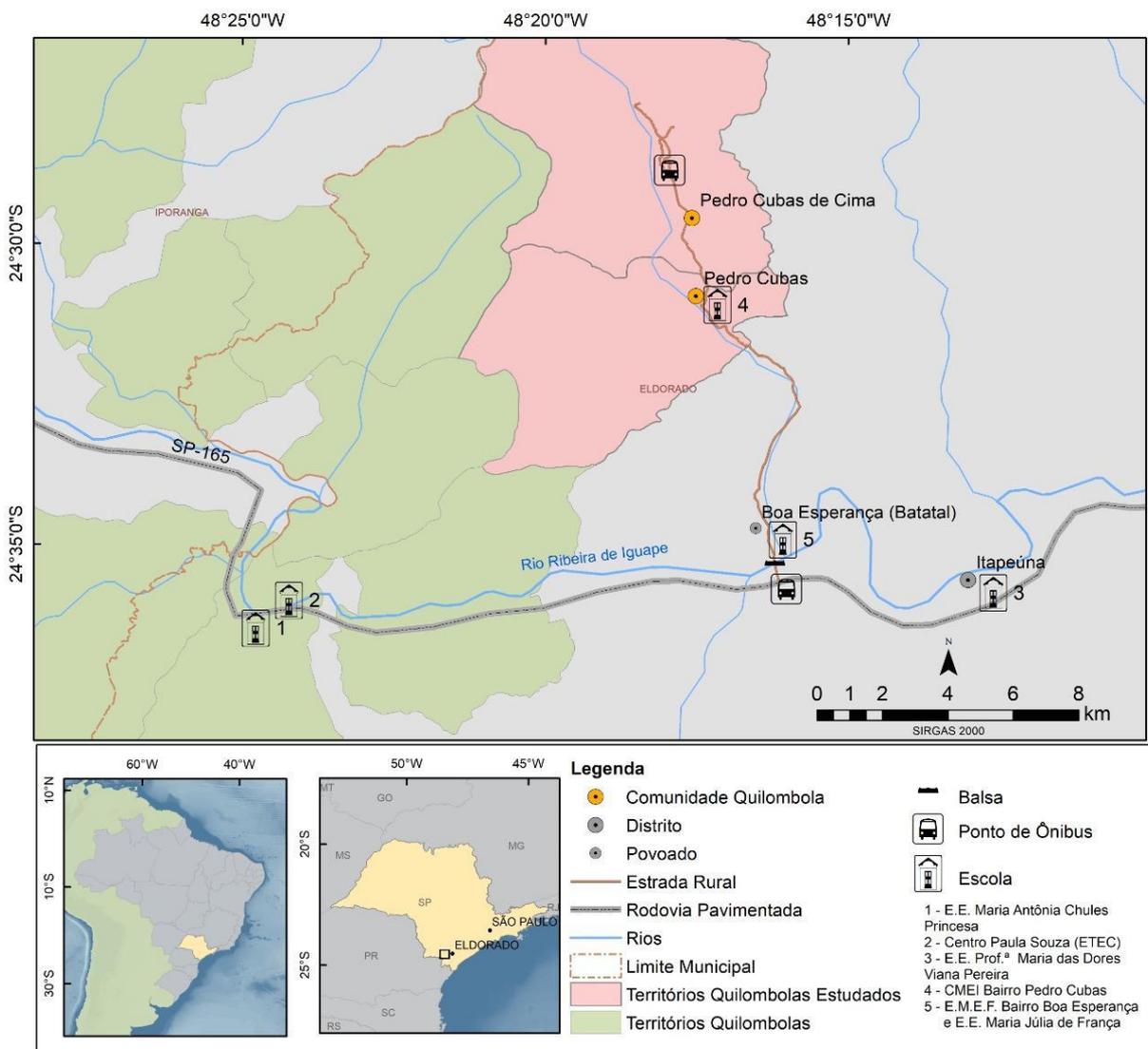
O Vale do Ribeira abrange a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape entre o sudeste do estado de São Paulo e leste do estado do Paraná (SANTOS & TATTO 2008) O município de Eldorado, cidade onde se localiza as comunidades estudadas, apresenta uma extensão de 1.654,26 km² e uma população de 14.641 habitantes no total, dos quais 7.436 residem em área rural. Os bairros remanescentes de quilombos estudados se encontram no km 13 da estrada de Eldorado/Iporanga, após uma travessia de balsa do Rio Ribeira de Iguape ainda dentro de Eldorado (STUCCHI *et al.*, 2000) (Mapa 1).

Segundo dados da SOS Mata Atlântica (2006), 20% da área total da região do Vale do Ribeira é ocupada por áreas protegidas e 87% é coberta por vegetação nativa. A riqueza registrada de fauna é extensa, cerca de 313 espécie de aves, 122 de mamíferos, 49 anfíbios, 18 répteis e 61 peixes de água doce. O conjunto de espécies de aves e mamíferos da região representa cerca de 50% da biodiversidade do estado de São Paulo. A flora conta com 741 espécies distribuídas em árvores e arbustos. Cerca de 44 delas estão ameaçadas de extinção, como o pinheiro-do-Paraná (gimnosperma endêmica da Mata Atlântica). A fragmentação florestal, caça, atropelamento e extração de recursos florestais são os principais impactos ambientais na região (SOS MATA ATLÂNTICA, 2006).

O estudo foi desenvolvido nas comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. Pedro Cubas recebeu sua titulação como terra remanescente de quilombo em

1998 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), através de um relatório técnico específico, agregando também a vila e a comunidade de Pedro Cubas de Cima. Como indica o Mapa 1, há uma grande proximidade geográfica entre as duas comunidades, além dos processos de formação serem semelhantes. Todavia, o processo de titulação de terras separou Pedro Cubas em dois núcleos distintos (FUTEMMA *et al*, 2016). A extensão territorial de Pedro Cubas registrada pelo instituto é de 3.806,23 hectares, porém há cerca de 7.000 hectares que pertenceriam à comunidade, mas não foram contempladas na sua demarcação espacial (SANTOS & TATTO, 2008).

Mapa 1 – Região abrangente das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.



Fonte: Barbosa, C. (2020)

Apesar de serem comunidades distintas, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima apresentam dados em conjunto na literatura, possuindo aproximadamente 222 pessoas distribuídas em 59 famílias. Cerca da metade desta população é composta por crianças e jovens de até 15 anos, com 10% da população sendo maior de 60 anos aproximadamente. Segundo o levantamento de dados do ISA, metade da população cursou ou está cursando o Ensino Fundamental I e II nas escolas da vila e do bairro de Batatal (Mapa 1). O acesso ao Ensino Médio e Superior é dificultado. Apenas três pessoas das duas comunidades possuem Ensino de Graduação completo e uma está cursando atualmente. O analfabetismo atinge a maior parte da população acima de 50 anos (SANTOS & TATTO, 2008).

No contexto do Vale do Ribeira (SP), os quilombolas possuem um sistema complexo de produção, envolvendo, pesca, caça, extrativismo e cultivo de subsistência e voltado à comercialização (IANOVALI *et al.*, 2016; PRADO *et al.*, 2020). Essas características são observadas desde o período colonial, envolvendo também trocas de produtos excedentes com comerciantes e fazendeiros da região à época (TAQUEDA, 2009). A agricultura tem sido a principal atividade de subsistência entre quilombolas da região, através do cultivo tradicional de coivara itinerante (PEDROSO JR. *et al.* 2008, MUNARI 2009) e de uma agricultura mais intensiva nas últimas décadas (IANOVALI *et al.* 2016). Alguns dos produtos cultivados são mandioca, feijão, milho, abóbora, pepino, taioba, banana, batata roxa, cará, cará de espinho, inhame, mangarito e cana de açúcar (SANTOS & TATTO, 2008).

3.2 Contextualização histórica das comunidades estudadas

A história colonial do Rio Ribeira de Iguape se inicia no século XVI, com a exploração de ouro pelos portugueses. A rota dos bandeirantes nesse período, juntamente com a escravização de negros africanos, foram os fatores responsáveis pela definição deste ciclo do ouro na região (PRADO, 2016).

Um fato que deu início às instalações dos quilombolas no Vale foi a grande exploração de minério no estado de Minas Gerais, que resultou no abandono de um contingente de escravos envolvidos na atividade mineradora da região naquela época. O deslocamento dos senhores de engenho para regiões que prosperavam, com maior atividade e maior rendimento financeiro, também resultou em doações de terras para escravos. Este processo de doação deu origem, por exemplo, ao bairro de Ivaporunduva,

uma das mais antigas e conhecidas do Vale do Ribeira (SANTOS & TATTO, 2008; QUEIROZ, 2006).

Vale lembrar que durante o Ciclo do Ouro houve tentativas e fugas dos escravos para as proximidades do Rio Ribeira, antes mesmo do foco econômico se voltar para a região de Minas Gerais. Nestas fugas, os então escravizados buscavam dirigir-se para áreas relativamente isoladas, com terreno acidentado e mata fechada, onde não poderiam ser encontrados pelos seus senhores (PRADO, 2016). Na primeira metade do século XIX, a região do Vale do Ribeira se deparou com o Ciclo do Arroz, onde um grande contingente de escravos africanos desembarcou no antigo porto da cidade de Iguape, principal centro político, religioso e econômico da região na época. Entre 1800 e 1860 a população da região deu um salto de apenas 700 para mais de 5 mil pessoas (SANTOS & TATTO, 2008; VALENTIN, 2006).

Concomitantemente com este processo, escravos já haviam fugido ou mesmo sido abandonados e formado comunidades no Vale do Ribeira. O *Laudo Antropológico de Ivaporunduva* constatou que esses escravos refugiados mesmo que isolados estavam inteirados na economia local, pois durante o Ciclo do Arroz também comercializavam, via troca, sua produção agrícola (OLIVEIRA JÚNIOR *et al.*, 1998).

Do século XX até a atualidade, houve outros ciclos econômicos na região, como a exploração do palmito juçara (*Euterpe edulis*) com seu auge entre as décadas de 1940 e 1950, e a produção de banana (*Musa sp.*) a partir de 1960. De fato, esta última se desenvolveu como uma atividade de grande escala na região, fazendo do Vale do Ribeira uma das maiores produtoras atuais de banana no Brasil (SANTOS & TATTO, 2008). Nos últimos 15 anos, outra atividade que ganhou força na região e também nas comunidades quilombolas aqui estudadas, foi a produção de palmito pupunha (*Bactris gasipaes*) voltada ao mercado (ADAMS *et al.* 2013, IANOVALI *et al.* 2018).

Além disso, o avanço da grilagem de terras na região, durante o período da ditadura militar, e a intensificação da fiscalização ambiental associada à implantação dos Parques Estaduais de conservação a partir de 1980-1990 (MUNARI, 2009), trouxeram grandes dificuldades para os grupos remanescentes de quilombos que buscavam seu reconhecimento legal e reprodução de seu meio de vida no Vale do Ribeira. De fato, ameaças, agressões e até casos de homicídios ocorreram na região em especial entre as décadas de 1960 e 1980 (SANTOS & TATTO, 2008).

No cenário atual, há grande interesse da CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) pertencente ao Grupo Votorantim, em construir barragens hidrelétricas ao

longo do rio Ribeira. A resistência ocorre, segundo o MOAB (MOVIMENTO DOS AMEAÇADOS POR BARRAGENS, 2014), por parte dos moradores e outros movimentos sociais para que esse projeto não avance.

O Vale do Ribeira tem identificadas atualmente, segundo o ITESP, 66 comunidades quilombolas, que foram instalando-se através de uma série de eventos históricos e processos políticos de reconhecimento. Com a decorrência deste fato surgiu-se a necessidade de promoção do ensino diferenciado nas escolas que atendem essas comunidades (SANTOS & TATTO, 2008).

Quanto à disposição espacial das residências quilombolas, no passado os quilombolas instalavam suas casas distantes umas das outras, se dispersando na paisagem. Desde as décadas de 1970-1980, constata-se a formação de vilas com biblioteca comunitária, postos de saúde e escolas que resultaram em uma comunidade mais unida, além de uma mudança de comportamento e hábitos relacionados a cultura dos remanescentes de quilombos. Nas últimas décadas houve a abertura ou o alargamento de estradas de terra nos territórios quilombolas que facilitaram o acesso às rodovias da região e conseqüentemente ao contexto urbano. Isto facilitou também o transporte escolar para atender os jovens que estudam fora da comunidade (MUNARI, 2009).

A formação da vila em conjunto com o acesso ao contexto urbano aumentou o contato de jovens e adultos com bens materiais (principalmente o uso de aparelhos eletrônicos) dentro da comunidade. Para que se compreenda melhor a diferenciação do contexto de antigos moradores e a nova geração, no presente trabalho serão utilizados os termos pré-vila e pós-vila, que correspondem ao que precede a década de 1980 e posterior a ela, respectivamente (PRADO, 2016).

O contexto pré-vila demandava um diferente processo de socialização de crianças e jovens. Estes acompanhavam os pais nas atividades diárias de roça de coivara, produção de utensílios/artesanato, caça, extrativismo, entre outras. Estudos na área das etnociências em diversos países criaram um consenso entre os pesquisadores que o CEL (Conhecimento Ecológico Local), também conhecido como conhecimento tradicional, cresce rápida e consideravelmente na infância e adolescência (entre os 6 aos 15 anos de idade) (ZARGER, 2002). No Vale do Ribeira, há evidências empíricas de que o CEL era mais complexo nas crianças que viveram no período pré-vila (hoje moradores idosos da comunidade) do que nas crianças nascidas no contexto pós-vila (hoje adultos em média com idade inferior a 45 anos) (PRADO & MURRIETA, 2018).

Hoje, comunidades quilombolas se caracterizam como bairros ou vilas rurais, integradas em maior ou menor grau, ao contexto urbano (político, econômico e cultural) que as envolve. O acesso facilitado ao contexto urbano é relativo, bem como ao ensino escolar. Vale lembrar que dentre as duas comunidades estudadas, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, a formação da vila e seus postos de atendimento estão localizados na primeira. Desse modo, Pedro Cubas de Cima parece guardar alguns resquícios do contexto de semi isolamento, ou acesso dificultado ao serviço público e bens de consumo oriundos das cidades. Este fato faz com que os moradores de Pedro Cubas de Cima utilizem os serviços (inclusive a escola) de Pedro Cubas (PRADO, 2016).

O contexto pós-vila trouxe a percepção dos moradores em relação as facilidades que a criação de vilas traria, uma vez que o isolamento caracterizado no período colonial não era mais necessário. O acesso às áreas urbanas nas proximidades da comunidade, bem como a criação de novas leis de proteção ao trabalho infantil, dentre outras, alteraram o cenário de contato direto das crianças com as atividades tradicionais quilombolas, o que pode significar uma simplificação do CEL, conforme mencionado acima (ZARGER, 2002; PRADO & MURRIETA, 2018).

3.3 Coleta e análise de dados

A metodologia para a realização deste trabalho foi de natureza qualitativa-antropológica, através do uso da abordagem etnográfica. Esta consiste em observar, participar e registrar determinada realidade local, acessando aspectos do cotidiano das pessoas, da organização social, das crenças, valores, conhecimentos, entre outros (SEVERINO, 2007; MATTOS, 2011). A obtenção dos dados a partir dessa perspectiva foi realizada através de entrevistas de caráter informal juntamente com a convivência no dia a dia dos moradores da comunidade. Tal abordagem permite analisar as interações ecológicas e perspectivas características das comunidades em questão, de maneira que seja possível a sua compreensão em maior grau.

Além disso, para obtenção dos dados específicos das duas comunidades, os moradores foram entrevistados e observados em seu cotidiano atual, permitindo acessar aspectos da memória social do grupo (MUNARI 2009) e sua história (WOORTMANN, 1983). As entrevistas informais foram aplicadas no formato de história oral, com foco nos aspectos biográficos dos entrevistados, relacionados à sua vivência escolar e à problemática da educação na área (CASSAB & RUSCHEINSK, 2004). As narrativas locais foram problematizadas à luz da literatura pertinente.

A análise, ou interpretações dos dados, teve como orientação articular as narrativas dos entrevistados à literatura antropológica e etnociência relativa (1) ao problema das transformações dos modos de vida tradicionais, (2) seus desdobramentos sobre o conhecimento ambiental das gerações mais jovens e (3) o papel da escola formal como parte dos elementos desse processo.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, foram realizadas três saídas de campo, das quais duas foram acompanhadas pelo coorientador deste trabalho (Prof. Dr. Helbert Medeiros Prado - Auxílio à Pesquisa Fapesp 2016/04680-4). Todas as etapas descritas abaixo em ordem cronológica foram custeadas como parte do projeto acima mencionado. As comunidades já possuem grande histórico de parcerias com outras universidades, possibilitando que diferentes trabalhos de diversas áreas do conhecimento sejam realizados na região. Além disso, o coorientador deste trabalho possui quase uma década de atividades na região, tendo vivenciado diferentes experiências que facilitaram o desenvolvimento da pesquisa.

Primeiramente, houve uma consulta às lideranças da comunidade de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima sobre a realização do trabalho, os objetivos e possíveis colaborações dos moradores para a realização da pesquisa. Houve também uma reunião oficial com as lideranças das duas comunidades envolvidas para aprovação da realização da pesquisa. O trabalho foi realizado mediante assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por seus representantes legais. A pesquisa também foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos.

A primeira etapa consistiu em uma saída de campo entre os dias 15 a 19 de julho de 2019, estritamente para conhecer a comunidade e os moradores. Algumas conversas iniciais ocorridas a partir da visitação à algumas casas auxiliaram na análise de quais moradores teriam maior relevância no trabalho, bem como o foco em que a pesquisa se estabeleceria. Foi dada a prioridade para adultos entre 29 e 76 anos, lideranças e pessoas envolvidas com a educação e outros projetos dentro da comunidade.

As hospedagens nas duas primeiras saídas de campos foram em um hotel na cidade de Eldorado, SP. O trabalho se estabeleceu através de um cronograma que se iniciava pela manhã com o deslocamento até a comunidade e se estendia até o final da tarde, com o retorno para a cidade. As viagens levavam cerca de 25 a 40 minutos até as comunidades, dependendo da balsa que atravessa o rio Ribeira de Iguape para chegar

ao destino (Fotografia 1). Durante a saída, eram realizadas visitas às residências e estabelecimentos diversos (como barracão de eventos e escolas). Durante essas visitas, os próprios moradores faziam indicações de outros quilombolas e educadores que poderiam auxiliar na construção do trabalho. Esta técnica é reconhecida na literatura como *snowball*, uma metodologia de seleção de participantes da pesquisa (sujeitos da pesquisa), formando uma rede de referências (VELASCO & DÍAZ, 1997).

Fotografia 1: Acesso a balsa para travessia do Rio Ribeira de Iguape.



Fonte: OLEGÁRIO, M. (2019).

A segunda saída de campo ocorreu entre os dias 8 e 15 de agosto de 2019, para o estabelecimento do primeiro contato com a escola rural quilombola de Batatal (Mapa 1), a fim de entrevistar profissionais da educação que pudessem auxiliar no trabalho. Foram realizadas, como na primeira etapa, visitas nas duas comunidades, mas com enfoque em entrevistar moradores que tiveram contato com a educação, em diferentes níveis de escolaridade. Estes também foram selecionados por seguirem o critério de se intitularem como quilombolas, e residirem a maior parte de suas vidas na comunidade.

Durante esta etapa também foi realizada uma visitação à escola da comunidade de Pedro Cubas (descrita com mais precisão adiante) para acompanhar um dia letivo dos alunos da pré-escola. Durante a visita a professora foi entrevistada para coletar

relatos sobre possíveis abordagens da cultura quilombola e outras práticas em conjunto com os pais ou responsáveis pela criança.

A terceira e última saída de campo ocorreu nos dias 9 a 16 de janeiro de 2020, com hospedagem na casa de uma das lideranças da comunidade, para que se estabelecesse uma aproximação com os moradores além de uma melhor compreensão sobre o cotidiano, costumes e cultura que ainda perdura na comunidade. Nesta etapa, as histórias orais e de vida foram registradas através de caderno de campo e gravador. Foram entrevistados cinco moradores e duas profissionais da educação, sendo cinco mulheres e dois homens (entre 30 e 75 anos de idade). Informações mais detalhadas sobre os entrevistados estão explicitadas no próximo tópico, juntamente com as informações da escola mencionada anteriormente.

4. Resultados e discussão

Este tópico consiste na caracterização dos entrevistados e das escolas envolvidas no trabalho adquiridas a partir da saída de campo, bem como apresentação de dados fornecidos através das entrevistas que circundam questões políticas, sociais, econômicas e educacionais das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. Vale lembrar que devido a entrevista não ser estruturada, muitas outras questões (inclusive pessoais) estão presentes, mas que não são o foco do presente trabalho. Além de uma breve descrição de aspectos biográficos dos entrevistados, os relatos voltados para a educação dos moradores, suas demandas e impasses serão a base dos resultados. Os trechos estão classificados em tópicos, onde estão inclusas narrativas de um ou mais entrevistados devidamente identificados, para uma melhor análise em conjunto das falas.

4.1 Caracterização das escolas

As escolas especialmente abordadas no presente trabalho estão inseridas em dois contextos diferentes. A primeira está localizada dentro da vila da comunidade de Pedro Cubas (CMEI Bairro Pedro Cubas; Mapa 1; Fotografia 2, atendendo alunos de quatro a seis anos de idade das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, correspondentes ao período da pré-escola I e II. A segunda pertence a comunidade de Batatal, uma junção entre o poder municipal, com a E.M.E.F Bairro Boa Esperança, e o poder estadual, com a Escola Estadual Maria Júlia de França Silva (Mapa 1: Fotografia 3). Esta escola no bairro do Batatal é a mais próxima da comunidade de Pedro Cubas.

Com alunos do primeiro ao nono ano do Ensino Fundamental, esta atende jovens da própria comunidade em que está inserida e aos jovens da comunidade de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. Vale lembrar que a comunidade de Batatal não foi intitulada como comunidade Quilombola pelo ITESP devido ao desinteresse dos moradores em relação a este enquadramento legal (NASCIMENTO, 2006).

Fotografia 2: CMEI Bairro Pedro Cubas



Fonte: SILVA, K. S. (2020).

Fotografia 3: E.M.E.F com a Escola Estadual Maria Júlia de França Silva



Fonte: CUNHA, M. (2020).

Outra escola da região é a Maria Antônia Chules Princesa (Mapa 1; Fotografia 4), a primeira a implantar o ensino diferenciado, e atender exclusivamente crianças e jovens quilombolas da região localizada no território quilombola de André Lopes. Segundo o ISA (SANTOS & TATTO 2008), esta escola é a única da região que possui Ensino Fundamental I e II.

Fotografia 4: Escola Maria Antônia Chules Princesa



Fonte: SILVA, W. D. (2020).

A região conta ainda com uma ETEC (Centro Paula Souza; Mapa 1; Fotografia 5) próxima a escola Chules, construída recentemente na região, e uma Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental (EMEIF - E. E. Professora Maria das Dores Viana Pereira) no distrito de Itapeúna (Mapa 1; Figura 1). A primeira disponibiliza o Ensino Médio para alunos das comunidades de Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e outras comunidades da região, porém o acesso das comunidades citadas é dificultado devido a questões que serão mencionadas nos resultados deste trabalho. Este fato divulgado pelo ISA (SANTOS & TATTO 2008), desmotiva os alunos a terminarem o ensino básico e conseqüentemente ingressarem no Ensino Superior.

Devido ao fato das escolas do Vale do Ribeira atenderem comunidades rurais quilombolas e não quilombolas, há uma demanda de adaptação do currículo solicitada pelos profissionais da educação e das próprias lideranças comunitárias, que corresponde ao direito previsto em lei nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2010). Foram levantados, através das entrevistas, diversos projetos que têm como objetivo a inclusão da cultura quilombola no âmbito escolar. Estas são realizados pela coordenação da escola de Batatal, onde docentes e a comunidade realizam em conjunto

visitas à comunidade, rodas de conversa com os moradores sobre a cultura e costumes, uso da biblioteca da comunidade para leitura de contos e características sobre a fauna e flora locais, além de oficinas de brinquedos tradicionais quilombolas.

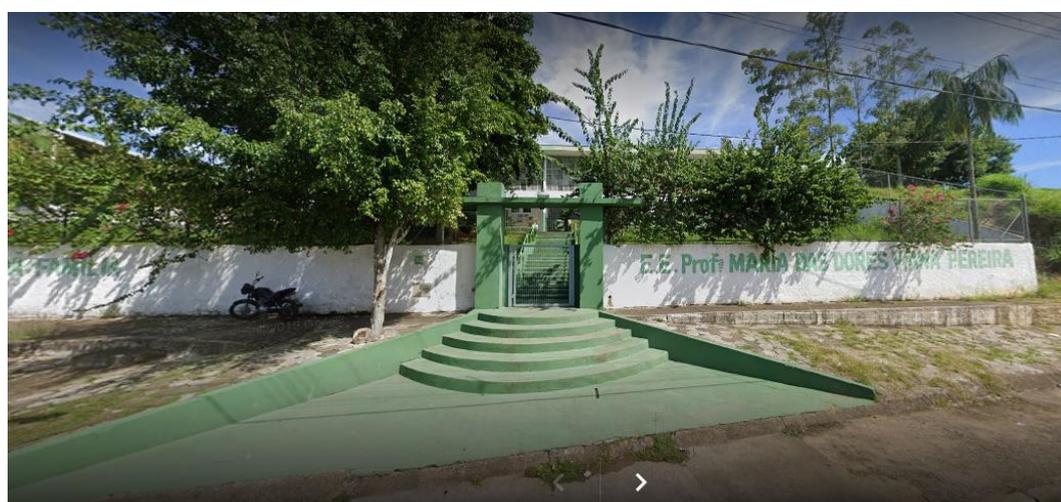
Através de uma das entrevistas realizadas na saída de campo, foi possível tomar conhecimento sobre uma fazenda existente na comunidade entre as décadas de 1970 e 1990, a qual empregava os moradores locais e também contratava um professor para lecionar junto às crianças e jovens quilombolas.

Fotografia 5: ETEC Centro Paula Souza.



Fonte: SILVA, W. D. (2020).

Figura 1: EMEIF - E. E. Professora Maria das Dores Viana Pereira



Fonte: Google Maps (2019).

4.2 Caracterização dos moradores e demais entrevistados

O presente tópico contém registros a partir de materiais como gravador e caderno de campo, com a caracterização geral dos entrevistados, seu tempo de vida dentro e fora da comunidade, escolarização e contato com a docência (no caso dos profissionais da educação).

Zé Furquim

Zé Furquim é pertencente a uma das famílias mais antigas e tradicionais de Pedro Cubas de Cima, em 66 anos de vida nunca morou fora da comunidade, possui 14 filhos e atualmente mora sozinho em uma das casas mais isoladas da comunidade. Há muito tempo Zé Furquim não realiza atividades de roça (como o fazia para a subsistência). Hoje recebe aposentadoria, adquire cestas básicas para se alimentar, e frequenta com certa regularidade tanto o bairro do Batatal como a cidade de Eldorado, SP.

Seu grau de escolaridade é básico incompleto, frequentou o EJA (Escola para Jovens e Adultos) correspondente até a quarta-série, atual quinto ano do Ensino Fundamental. Nos resultados deste trabalho serão explicitadas suas dificuldades à época dos estudos, além da aproximação do ensino formal com os costumes e tradições locais. Durante a entrevista Zé Furquim também revela a dificuldade para escolarizar seus filhos, que hoje vivem fora da comunidade.

Dona Diva

Dona Diva é a principal liderança da comunidade de Pedro Cubas de Cima, e uma das principais no Vale do Ribeira. Vivenciou experiências dentro e fora da comunidade que são de extrema relevância para o presente trabalho. Exerceu durante um período a função de auxiliar da saúde e da educação do município de Eldorado. Possui 2 filhos, 1 neta e 5 bisnetos que residem na comunidade, mais especificamente na casa ao lado da sua. A estrutura de sua casa é parte de pau a pique (materiais característicos das casas tradicionais quilombolas), e parte de alvenaria.

Realiza diversas atividades tradicionais como a roça de coivara com diversos alimentos (como pupunha, legumes, arroz e milho), realiza troca de sementes em eventos, e possui galinheiro em sua casa para vender ovos. Além disso, coordena um grupo de mulheres que realizam artesanato de bijuterias de sementes e confecção de produtos têxteis para venda em feiras na cidade de Eldorado. A atividade funciona como

uma renda extra para os quilombolas. Durante certo período deu aulas particulares para crianças no período da tarde e para adultos à noite, um reforço nas disciplinas de português e matemática (na época não havia EJA nas proximidades do Vale do Ribeira). Relatou que muitas mães não tinham acesso a alfabetização e por isso pedia ajuda a ela.

A entrevista com essa liderança foi de grande importância para compor os resultados e discussões deste trabalho, pois foram disponibilizados diversos recursos como relatos, materiais (didáticos ou não) e indicações de outras pessoas que também pudessem colaborar. Vale lembrar que a relação em campo com os entrevistados vai além do desenvolvimento do trabalho. A convivência e aproximação dos moradores é uma questão ética que também faz parte do processo de familiarização da cultura.

Seu Antônio Jorge

Antônio Jorge é a principal liderança em Pedro Cubas e uma das principais da região. Vive com sua esposa, dona Leide, em uma casa parte de pau a pique, parte alvenaria, próxima à vila. Seu pai foi um dos fundadores da comunidade de Pedro Cubas, a primeira comunidade quilombola do Vale do Ribeira (SANTOS & TATTO, 2008). É um dos moradores mais presentes nas atividades realizadas pela escola de Batatal, ministrando palestras, oficinas de brinquedos tradicionais e rodas de conversa com alunos do Ensino Fundamental. Além disso, também participa de projetos fora da comunidade, a representando regional e nacionalmente.

Tanto seu Antônio Jorge (75 anos) como dona Leide (76 anos) fazem roça em seu próprio quintal para vender os alimentos orgânicos na feira da cidade, além de possuírem um rico conhecimento na produção de herbicidas orgânicos e caseiros. Uma frase significativa que chamou a atenção para ressaltar a importância da perpetuação do conhecimento tradicional foi “*eu não vendo produto, eu vendo história quilombola.*”

É graduado em relações humanas na Universidade Metodista de São Paulo, e relatou o preconceito que sofria por ser negro e mais velho do que a maioria dos alunos, enquanto morava fora da comunidade. A falta de comunicação com os moradores da comunidade fez com que perdesse sua bolsa de estudos, tendo de trabalhar como catador de latinhas para pagar a mensalidade da faculdade. Dona Leide não frequentou a escola, portanto não sabe ler nem escrever.

Salete

Moradora que nasceu na comunidade de Sapatu, mudando para Pedro Cubas em 1997, Salete é uma das quilombolas que hoje mais realizam atividades tradicionais em seu cotidiano, justamente por ter reconhecido a importância da permanência dos moradores. Morou poucos anos em Curitiba para tentar a vida trabalhando em limpezas de prédios recém construídos, mas acabou retornando para Pedro Cubas. Além de se engajar em questões políticas (apesar de atualmente não ocupar nenhum cargo de liderança), aos 42 anos já realizou diversos projetos na área da saúde – que serão mencionados posteriormente. Além disso, possui a roça de coivara e realiza atividades artesanais com outras mulheres da comunidade (inclusive dona Diva). É casada com Carlos, técnico em turismo e concursado pela prefeitura de Eldorado. O casal possui três filhos. Larissa (21 anos) mora fora da comunidade com marido e filho. Maicon (24 anos) e Guilherme (18 anos) moram com os pais. Todos possuem o ensino básico completo, graças a disponibilização de transporte para os estudantes.

Há diversos registros fotográficos da Salete contando histórias e na oficina de brinquedos tradicionais no projeto desenvolvido na escola de Batatal. Sua entrevista foi de grande contribuição para este trabalho. Sobre seu histórico escolar, completou até a terceira série do Ensino Fundamental mas teve de interromper os estudos para auxiliar no sustento da casa, retornando à escola somente quando seu filho mais novo, Guilherme, tinha 10 anos. Estudou no período noturno e pegava carona para retornar à comunidade com o ônibus dos alunos de Itapeúna (Mapa 1).

Sempre teve o apoio de seu marido para continuar os estudos, apesar do EJA em Barra do Braço (onde continuou a partir da quinta série) ter sido fechado por falta de demanda. Com isso, Salete, juntamente com moradores da vila de Batatal, se prontificaram a abrir uma nova sala de aula em Itapeúna, que atendesse aos jovens e adultos interessados em finalizarem os estudos. Atualmente, apesar de haver demanda para reabrir, este EJA não existe mais, o que é um caso de arrependimento dos moradores de não terem feito o curso enquanto era disponibilizado.

Salete demonstra em diversas falas seu engajamento com a comunidade, pois apesar de ter o estudo básico completo, não pretende prestar concursos, ou trabalhar fora. Seu objetivo principal é auxiliar nas demandas de dentro de Pedro Cubas. Tem como pretensão prestar serviços de saúde (após realizar algum curso especializado) para a comunidade, alegando em suas falas que imprevistos podem ser evitados e melhorias nos serviços médicos podem ser proporcionadas para os moradores.

Dona Jurema

Jurema é a merendeira e responsável pela escola da Vila da comunidade de Pedro Cubas (Mapa 1), realizando a limpeza da escola e alimentação dos alunos todos os dias. Atualmente se colocou à frente na realização da horta comunitária para auxiliar na merenda escolar, uma vez que a maioria dos alimentos disponibilizados pelo governo é industrializada e não faz parte da nutrição dos alunos. Além disso, seu engajamento com a roça incentiva os alunos a se interessarem e expandirem seu conhecimento sobre os alimentos e a práticas tradicionais envolvidas na sua produção.

Dona Jurema foi uma das moradoras mais participativas do trabalho, mostrando a escola, relatando o cotidiano das crianças que frequentam às aulas, e também como a horta da escola pode auxiliar no período de férias. Sempre morou na comunidade, é casada com o filho do seu Carmo, Reginaldo, funcionário de manutenção e deslocamento da balsa do bairro de Batatal junto à rodovia SP-165 (Mapa 1). Mora com seus filhos e netos na própria vila.

Dona Isabel

Dona Isabel tem 67 anos, é casada com seu Carmo, irmão de Antônio Jorge e sua casa está localizada na vila de Pedro Cubas. Durante a terceira saída de campo foi estabelecido um intenso contato com esta moradora, pois sua casa é vizinha de onde ocorreu a hospedagem da aluna em trabalho de campo. Frequentou até o segundo ano do Ensino Fundamental e seus relatos de dificuldade de acesso à educação foram de grande relevância para a pesquisa. Seu filho Reginaldo morou alguns anos fora da comunidade, mas hoje casou-se com uma moradora e voltou para a comunidade, trabalhando na balsa como mencionado acima na descrição de sua esposa, Jurema. Sua segunda filha é falecida.

Mara

Mara é professora e atual coordenadora da escola de Batatal (Mapa 1). Ela iniciou o projeto de inclusão do ensino diferenciado na escola, através de pesquisas do seu mestrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Apesar de não ser quilombola, possui grande conhecimento e afinidade com os moradores, o que facilita ainda mais seu trabalho. A colaboração de Mara foi de grande relevância para esta pesquisa, pois além de disponibilizar diversos referenciais bibliográficos, fotos e outras informações sobre as atividades escolares, relatou sobre as visitas na comunidade

pelos alunos quilombolas e não quilombolas. Estas visitas envolveram preparação de comidas típicas e rodas de conversa para os próprios moradores contarem histórias sobre a comunidade.

Sua preocupação sempre foi constante e em consonância com as lideranças das comunidades do Vale do Ribeira. Juntamente com seu marido Ildo, que atualmente é diretor da escola de Batatal, consolida as propostas para aplicar o ensino quilombola no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Edilene

Professora da escola de Batatal e da escola primária pertencente à vila de Pedro Cubas (Mapa 1). É ativa nas atividades realizadas e, assim como Mara, possui grande vínculo com a comunidade. Frequentando em finais de semana diferentes atividades com os moradores (ajudando em capinagem de roças, frequentando festas típicas, etc.), mantém um importante vínculo com os locais para desenvolver diferentes atividades com os alunos.

Apesar de não ser moradora da comunidade, Edilene realiza diversas atividades de conscientização dos alunos da escola da vila, para além do projeto proposto pelo estado. Envolve pais e responsáveis a fim de levar a cultura da escola para o contexto familiar dos alunos. Durante a pesquisa para este trabalho, foi acompanhado um dia de aula com alunos da pré-escola I e II.

4.3 Dificuldades e luta pela saúde, educação e permanência

Os registros feitos em campo permitiram analisar primeiramente qual o cotidiano dentro de comunidades remanescentes de quilombos, principalmente em diferentes momentos históricos da comunidade. Seu Antônio Jorge faz uma contextualização sobre a história local, a homenagem ao cativo Pedro Cubas que deu origem ao nome da atual comunidade remanescente, e principalmente como seus avós contavam as histórias da época da escravidão. Gregório Marinho, seu avô, foi um ex-escravo que também viveu na comunidade no período colonial.

A luta por permanência nas terras quilombolas foram fortemente relatadas nas entrevistas de seu Antônio Jorge e também de dona Diva, principalmente sobre a organização da comunidade frente a ameaças da polícia militar e pressões dos grileiros de terras para expulsá-los de suas casas (havendo relatos de agressões e mortes). Estes, expulsavam moradores da comunidade para aproveitar-se economicamente do

espaço, e também desmatando florestas primárias e secundárias de Mata Atlântica na região.

Durante a terceira saída de campo, houve relatos de moradores sobre um caso de tentativa de venda de terras na comunidade. Foi autorizada a participação da aluna como ouvinte em uma reunião geral com os moradores juntamente com seu Antônio Jorge, para discutir sobre o caso. A participação desta proporcionou uma melhor compreensão da sistematização dos quilombolas perante a luta por direitos de terras.

“Somos quilombolas e devemos proteger as nossas terras. Nos protegemos e ficamos sempre de olho.”

Dona Isabel (2020).

Zé Furquim, durante a primeira etapa de campo revelou a dificuldade de contato com recursos básicos como saúde e educação, pois na sua infância não havia meios de transporte em casos de emergência e transporte público que o município de Eldorado (que atende as necessidades das comunidades que o cercam) pudesse oferecer. Durante essa época, a escola de maior proximidade para os quilombolas era na vila de Pedro Cubas, mas este fato não era sinônimo de grande facilidade para os moradores. Isto porque o único acesso das casas mais isoladas para a escola era entre as matas fechadas em um trajeto de aproximadamente duas horas (Mapa 1).

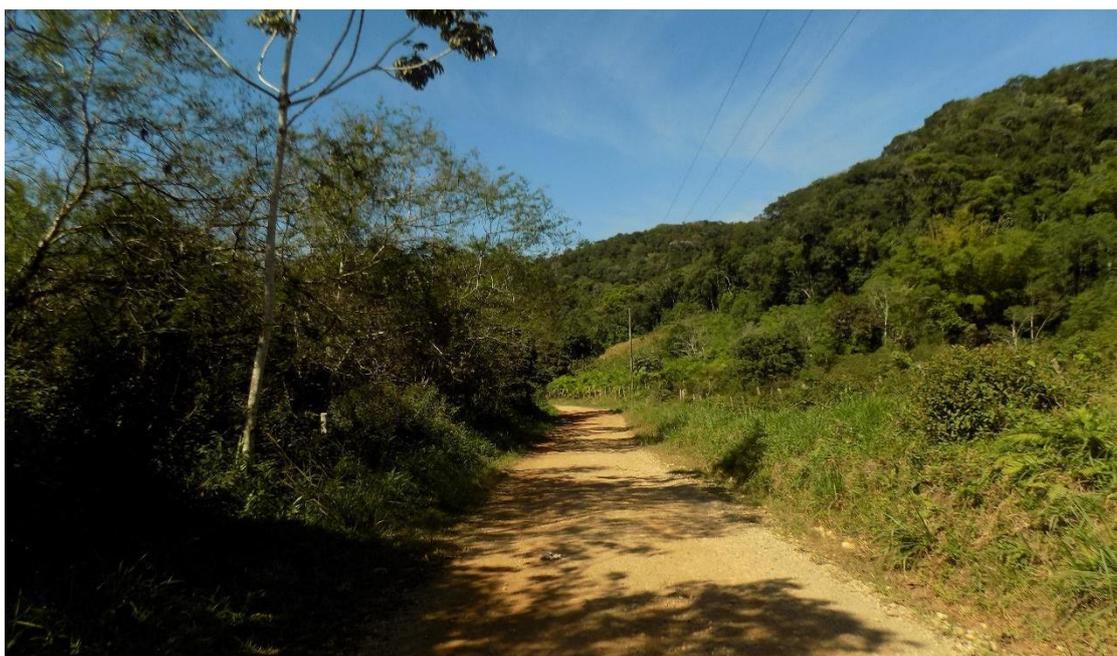
No plano atual, poucos moradores possuem automóvel e o transporte público depende das condições climáticas, uma vez que a estrada que liga as comunidades até a vila de Batatal é de terra, além de se restringir ao transporte escolar (Mapa 1; Fotografia 6). Seu Antônio Jorge acrescenta que muitos moradores no fim do século XIX possuíam cavalos para transportar os mantimentos que traziam da cidade ou mesmo os produtos que comercializavam lá (durante a troca de sementes e outras vendas de produtos alimentícios ou artesanais).

Em concordância com o discurso de Zé Furquim, dona Isabel também relata que desde sua infância até os dias atuais se desloca para a comunidade de Batatal a pé. Além disso, conta que devido à falta de merenda na escola, levava em uma cesta arroz que seu pai plantava e cozinhava para poder se alimentar: *hoje tem comida e transporte, mas os jovens não querem estudar.*

Ainda tratando-se da saúde dos moradores, na primeira entrevista com Zé Furquim uma série de relatos evidenciou as dificuldades que os quilombolas da região

sofriam entre a década de 1950 e 1960. Um deles foi durante o ciclo do palmito juçara, no contexto pré-vila onde ele mesmo deparou com várias dificuldades em acessar um pronto atendimento. Em meio a sua “capuova” (local onde era realizada a prática da roça de coivara, explicado com mais detalhes adiante) sofreu um acidente que levou cerca de 24 horas para receber atendimento médico. Além disso, por estarem sempre em contato com a mata fechada, poderia ocorrer de encontrarem animais peçonhentos como cobras e aranhas, necessitando de soro antiofídico, por exemplo.

Fotografia 6: Estrada de terra – Pedro Cubas



Fonte: HAIALA, L.A. (2019).

Outro caso de falta de acesso à saúde ocorreu com dona Isabel, que relatou o falecimento de sua filha por complicações de Sarampo. Devido ao transporte escasso, não conseguiu prevenir o agravamento da doença, *“Deu tosse comprida, não deu tempo de socorrer”*.

Com relação às questões políticas e educacionais, foi possível constatar que os moradores das comunidades estudadas possuem grande engajamento. A este respeito, em 2018 os quilombolas da região realizaram um grande protesto com a intenção de reivindicar uma melhoria das estradas que ligam as comunidades e a rodovia SP-165 (Mapa 1), e em especial a melhoria desta última, a qual encontrava-se em uma condição de alta precariedade à época (Fotografia 7). Como mencionado anteriormente, a má qualidade das estradas dificulta o trajeto do ônibus escolar das

comunidades até a escola. Juntamente com esta reivindicação, os moradores protestaram contra o fechamento das escolas quilombolas da região, proposta que ocorreu durante as eleições presidenciais daquele ano.

Apesar das adversidades, Zé Furquim e outros moradores sempre procuraram manter o interesse pelos estudos, sonhavam em fazer universidade, mas o deslocamento para fora da comunidade inviabilizou a continuidade dos estudos. Vale lembrar que os moradores que viveram sua juventude no contexto pré-vila não tinham acesso a meios de transporte.

“Gosto de conversar com gente estudada, a gente aprende mais.”

Zé Furquim.

Ainda hoje, não há circulação do ônibus em finais de semana, feriado e férias, fazendo com que os moradores dependam apenas de caronas daqueles que possuem meios de transporte. Muitas vezes a própria gestão de transporte do município não permite que os moradores utilizem o meio de locomoção público mesmo comprovando sua necessidade de ida à cidade, priorizando o acesso para estudantes. Muitos adultos e idosos têm de andar quilômetros até a balsa (Mapa 1) por também não possuir horários suficientes de transporte público.

Fotografia 7: Protesto dos quilombolas para a melhoria das estradas.



Fonte: PRADO, H. M. (2018).

Além dos moradores da comunidade, professores e outros prestadores de serviços (de saúde por exemplo) que moram fora da comunidade têm dificuldades de acesso à mesma, como é o caso da professora Edilene. Por não possuir nenhum meio de transporte, depende da carona do ônibus escolar que busca os alunos para a escola de Batatal e Ivaporunduva, ou do auxílio de algum morador para chegar até a comunidade.

Durante a pesquisa de campo foi possível vivenciar essa dificuldade, de diferentes maneiras. A primeira foi a dificuldade de dona Leide para chegar à cidade e ir à consulta médica agendada, pois o ônibus escolar não aceitou dar carona. A segunda foi a visitação à escola da Vila para acompanhar um dia de aula. Porém, devido aos dias chuvosos a estrada de terra impediu a passagem do ônibus que transporta a professora (Edilene) para a escola. Dona Jurema, merendeira da escola, teve de levar os alunos que moravam nas proximidades da escola de volta para casa, sendo um dia letivo perdido.

O Ministério da Educação (2013) ressalta a precariedade em relação a infraestrutura das escolas, o transporte e a alimentação escolar, visto em diversas narrativas no presente trabalho. Esta realidade é associada aos processos de financiamentos e como os recursos são distribuídos para reformas e construção de escolas, melhoramento dos meios de transporte escolar e gestão das instituições.

É evidente que as escolas rurais apresentam diferenças em relação ao contexto urbano em quesitos de acessibilidade, transporte e infraestrutura. Este fato fez com que um movimento quilombola, através de audiências públicas realizadas pelo CNE (Conselho Nacional da Educação), denunciasse o descaso do poder público em relação à essas diferenças. Além das escolas da região não estarem adaptadas à cultura local, suas estruturas são precárias, por vezes sediadas em barracões improvisados ou igrejas, sem os materiais didáticos básicos como carteira ou livros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A narrativa de dona Diva, citada anteriormente como uma das maiores referências e lideranças da comunidade de Pedro Cubas de Cima, entra em concordância com Zé Furquim em relação às dificuldades enfrentadas pelos moradores para se escolarizarem. A dificuldade dos professores que trabalharam e ainda trabalham na escola da vila e moram fora da comunidade foi relatada por Mara e Edilene. Sem um meio de transporte pessoal, tornam-se dependentes do transporte público disponibilizado.

Ao contar relatos sobre sua época de escola, mais precisamente sobre o que era ensinado pelos professores, Zé Furquim não mencionou a inclusão do ensino tradicional nas disciplinas gerais. Aparentemente, o currículo era baseado apenas nas Diretrizes Nacionais da Educação, com as temáticas sugeridas pelo próprio Estado, ou seja, o currículo também parecia não ser adaptado à realidade local à época.

Dona Diva, diferentemente de Zé Furquim e assim como seu Antônio Jorge teve um maior contato com a vida escolar. Relata que foi para São Paulo por influência de sua irmã mais velha para trabalhar de faxineira e tentar a vida fora da comunidade. Morava na casa de seus patrões e com o dinheiro que recebia pagava sua graduação em Gestão de Recursos Humanos. De início, não tinha interesse em voltar para a comunidade, hoje tem consciência da importância de ser uma das líderes e representar os(as) quilombolas em encontros pelo Brasil afora.

Tanto dona Diva como Salete, ao trabalharem em casas de família fora da comunidade relatam casos de racismo e maus tratos: não podiam se alimentar na mesma mesa que os patrões, sofriam agressões verbais e físicas, além de não possuírem registros em carteira de trabalho (o que significa que não tinham férias, décimo terceiro salário e outros direitos trabalhistas). O medo e a incerteza de permanecerem no trabalho era constante durante esta fase da vida dessas mulheres.

Outra dificuldade observada na fala de Salete é o acesso ao Ensino Superior, uma vez que a universidade mais próxima aos quilombolas do Vale do Ribeira está localizada na cidade de Registro, SP. Além disso, por ser uma universidade particular, muitos dependem da aplicação de bolsas de estudo para poder pagar os estudos, o que traz desmotivação para os moradores.

Um ponto considerado como vantagem pelos entrevistados que moram nas comunidades é a possibilidade de terem seu meio de vida e subsistência garantidos, pois é assegurado por lei o direito às terras pertencentes aos remanescentes (como já mencionado). As pessoas que tiveram acesso ao contexto fora da comunidade aconselham os jovens a permanecerem nas comunidades. Relatam que o direito às terras é uma vantagem, assim como poder cultivar sua própria alimentação e não depender de trabalhos pouco remunerados ou sem registro.

São comuns os relatos de quilombolas se deslocando para áreas urbanas, em busca de melhores condições de vida. Porém, a falta de escolaridade pode restringir as possibilidades no mercado de trabalho. As atividades tradicionais como a roça são as que sustentam a vida de muitos quilombolas que permanecem na comunidade

(PEDROSO JR. *et al.* 2008; Fotografia 8). Segundo dona Diva, o artesanato também é um costume entre algumas mulheres.

A importância da consciência dos moradores sobre suas terras e o conseqüente territorialismo citados anteriormente podem ser frisados através das narrativas, pois os relatos do passado e presente sobre as dificuldades enfrentadas, decorrentes do período colonial, revelam o que é a cultura quilombola. A permanência de povos como estes, bem como o enaltecimento de sua origem, modo de vida e histórias no ambiente escolar, são maneiras de valorizar as peculiaridades de formação do território brasileiro (CARRIL, 2017).

A cultura quilombola é uma fonte de conhecimento juntamente com culturas de outros povos tradicionais tão ricas quanto o ensino formal, que deve ser abordado dentro da escola para além do PPP (CARRIL, 2017). Acredita-se que conforme essas narrativas se tornam visíveis, a sociedade muda a forma em que se vê a identidade negra, deixando de lado essa construção social e política que ignora a diversidade étnica existente (ARRUTI, 2006).

Fotografia 8: Dona Leide a caminho de sua roça.



Fonte: HAIALA, L. A. (2020)

Em relação ao engajamento dos moradores em prol da comunidade, Salete mencionou sua participação em um projeto voluntário com outras mulheres, em parceria com a Pastoral da Criança e uma antiga agente de saúde da comunidade chamada Maria Edna. O projeto realizava consultas em domicílio acompanhando a

condições médicas de crianças para solicitar atendimento médico especializado. Vale ressaltar que a visitação de um clínico geral no posto de saúde da vila ocorre apenas uma vez na semana, dando prioridade para casos emergenciais. A Pastoral da Criança realizava tais visitas quinzenalmente. Uma vez ao mês se encontravam para unir os dados coletados da comunidade e analisar as demandas dela. Infelizmente, após a saída da Salete, o coletivo de mulheres não deu continuidade às visitas.

4.4 O lugar da cultura na educação quilombola

O presente tópico tem a finalidade de apresentar relatos relacionados a promoção de atividades culturais entre os moradores das comunidades. Nas comunidades estudadas, tais atividades visam conscientizar seus moradores sobre a importância da permanência dos quilombolas nas terras em que se constituíram e até hoje lutam para além de subsistir, existir.

Dona diva relata que aos sábados há encontros com as crianças na igreja próximo à vila, localizada na transição entre Pedro Cubas e Pedro Cubas de cima (Mapa 1). Há uma preparação de alimentos tradicionais e a principal finalidade cultural é unir os moradores das duas comunidades. Outro evento importante realizado com os jovens é o “Encontro dos Saberes”, onde os moradores se unem no centro comunitário da comunidade de Pedro Cubas em conjunto com os professores da escola. Durante o encontro, os alunos escolhem livros da biblioteca comunitária (Fotografia 9) e trocam conhecimento sobre os saberes da fauna e flora, antigos costumes, entre outros.

Fotografia 9: Biblioteca comunitária da comunidade de Pedro Cubas



Fonte: HAIALA, L. A. (2019)

Dentro desta temática, vale mencionar que no início dos anos 2000 alguns países vinham demonstrando interesse pela história do campesinato negro no Brasil. Por exemplo, segundo Diva, em 2007 o presidente da Noruega entrou em contato com o governo da época para promover bolsas de estudo para moradores de 10 comunidades quilombolas no Brasil, além de serem convidados a ir para o exterior falar sobre seus amplos conhecimentos tradicionais.

Além disso, diferentes eventos no estado de São Paulo e em outros estados do Brasil (como Pará e Minas Gerais) promoviam espaços para falar sobre a cultura tradicional quilombola. Muitos moradores foram convidados, inclusive crianças e lideranças, para falar sobre os costumes, apresentar danças típicas e brinquedos que representam a roça de coivara, entre outras atividades. Muitos desses eventos eram em parceria com o ISA e do ITESP. Atualmente os eventos desse caráter não são mais promovidos com a mesma frequência. Muitas palestras voluntárias foram ministradas por seu Antônio Jorge, a fim de propagar a história da comunidade de Pedro Cubas.

“Os nossos antepassados quilombolas mostravam conhecimento e cultura através de suas artes que são admiradas até hoje.”

Dona Diva.

“Quilombo é ser humano, é o povo que resistiu à escravidão. Foram sofridos e massacrados, mas resistiram, e resistem até hoje...”

Dona Diva.

O conhecimento tradicional também é divulgado para pessoas de fora da comunidade através de hospedagens realizadas por moradores. Salete com seu marido Carlos recebem turistas em sua casa, fazendo alimentos tradicionais, contando histórias da comunidade e os levando para quedas d'água e cachoeiras nas proximidades de sua casa. Além disso, recebem um valor monetário que auxilia nas contas da casa.

Salete promovia aos domingos em sua casa diversas atividades relacionadas a roça de coivara e histórias da própria comunidade para crianças e jovens. Tratava-se de uma transmissão de conhecimento de diversos alimentos tradicionais cultivados nas áreas de plantio dos próprios moradores com a finalidade dos jovens diferenciarem as sementes e os meios de plantio. Por não ser nascida na comunidade, todas as

histórias contadas por Salete são de referências de seu Antônio Jorge, pois durante sua infância já eram realizadas as mesmas atividades de conscientização quilombola para os jovens. Este fato e alguns outros demonstram como alguns moradores se interessam em proporcionar melhorias para a comunidade.

4.5 O conhecimento empírico dos moradores

Por ter passado toda sua vida no local, Zé Furquim em diversas falas demonstra um grande saber tradicional: espécies nativas da Mata Atlântica, práticas econômicas quilombolas, saberes passados de seus familiares para ele e seu irmão (Marco, que será mencionado posteriormente). Cita alguns nomes de brinquedos tradicionais de sua infância como “xipoca” – espécie de estilingue - e “pulhão”, semelhante a arma de chumbo ou chumbinho. Ao mencionar os tempos atuais, desvela que as crianças não têm o mesmo conhecimento e contato com a roça e outros conhecimentos tradicionais (não sabem identificar certas plantas, substituem os alimentos plantados na comunidade por industrializados, etc.).

O pai de Marco e Zé Furquim era um benzedeiro renomado dentro da comunidade. Com simpatias e dietas praticava curandoria na região. Durante a entrevista revela também a presença de outros curandeiros (um deles, Luís Cardoso) que utilizavam plantas nativas como remédios para diferentes males.

Assim como outros moradores antigos da comunidade, Zé Furquim acompanhava seus pais na roça desde os oito anos de idade, auxiliando nas atividades de subsistência, mas também era uma forma de não ficarem sozinhos na casa onde moravam. Outras práticas tradicionais como a caça também foram mencionadas, bem como os ensinamentos de seu pai sobre as características e comportamentos da fauna local.

Dona Jurema resgata antigos costumes dos moradores à época do contexto pré-vila, onde acompanhava seus pais nas atividades de roça. Hoje, diz que não é mais possível aos jovens realizarem tais atividades, pois o Conselho Tutelar as considerariam como trabalho infantil. Expressa ainda, a opinião de que este fato pode ter afastado ainda mais as crianças e jovens das atividades tradicionais, pois somente a partir dos 14 anos, quando seriam considerados como jovens aprendizes que seria possível desenvolvê-las.

4.6 O ensino diferenciado nas escolas

A perda do interesse nos costumes tradicionais quilombolas por parte dos jovens é uma preocupação para as lideranças quilombolas. Além de se perceber a falta de engajamento em questões políticas, muitos sequer sabem da importância e origem de sua comunidade. A simplificação do conhecimento tradicional por consequência de mudanças estruturais exige uma parceria entre a própria comunidade e a escola, pois é o local em que se inicia o processo de socialização e desenvolvimento do conhecimento e aquisição dos valores éticos e morais dos jovens (JÓFILI, 2002).

Há uma movimentação por parte das lideranças das comunidades em uma maior participação e engajamento da nova geração em questões burocráticas e políticas da comunidade, para que se dê continuidade na luta e preservação da fauna e flora locais. A primeira pessoa a se manifestar sobre o desinteresse da nova geração em relação ao conhecimento tradicional, engajamento nas questões políticas da comunidade e até mesmo em escolarização durante as entrevistas foi dona Diva. Na sua fala, aponta que jovens passaram a se interessar em atividades do contexto urbano ao invés de se engajarem com a comunidade, como política, história e cultura quilombolas.

Essa percepção trouxe uma união das lideranças das comunidades do Vale do Ribeira, não só as abordadas neste trabalho, para trazer ao município de Eldorado propostas do Ensino Diferenciado nas escolas, adaptadas às comunidades da região. Foram realizados diversos materiais e parcerias com escolas para que o projeto tomasse força e começasse a ser implantado nas escolas, bem como a parceria com o estado. A educação é um direito de todos os brasileiros e um dever do estado de assegurá-la em todo território nacional. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010) reconhecem que o atual território brasileiro, devido ao seu complexo processo de ocupação pré e pós colonial, se caracteriza atualmente como um espaço multiétnico e com variadas expressões culturais e modos de vida distintos.

É presente na Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2010) a garantia de organização do sistema de ensino em diferentes entes federativos, sendo assegurado em relação à Educação Básica o oferecimento do Ensino Fundamental e Médio de acordo com as demandas requeridas. Em outras palavras, o governo disponibiliza um currículo geral para cada série do ensino básico público, e devido as peculiaridades de cada região brasileira, o currículo torna-se adaptável.

Portanto, é de responsabilidade da Câmara da Educação Básica (CEB) a participação no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.024/61).

A Resolução CNE/CEB nº 1/2002 definiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, incluindo populações ribeirinhas, caiçaras, extrativistas e quilombolas, que utilizam os espaços da floresta para residir, se alimentar e gerar economia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013). Houve em maior grau de especificidades para as comunidades estudadas em questão, através de deliberação na Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Este documento promove uma pedagogia própria com adaptações às especificidades étnico-culturais de cada comunidade, de forma a preservar as manifestações culturais, sustentabilidade do território nacional, geografia local e meio ambiente, além do respeito à cultura alimentar local (SANTOS & TATTO, 2008).

Em adição, houve uma deliberação aprovada pelo Ministério da Educação (2013) sobre a necessidade de formação específica e diferenciada do corpo docente, além da elaboração de materiais didático-pedagógicos que incluam os saberes tradicionais específicos de cada comunidade (SANTOS & TATTO, 2008).

O reconhecimento público da educação quilombola se deu devido a uma movimentação dos próprios moradores das comunidades, onde lideranças de diversas regiões do Brasil se uniram para pressionar o CNE e para dar origem ao Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO). Este é responsável pelos seguintes eixos de ações em prol as comunidades quilombolas: formação de professores, gestão pedagógica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional Tecnológica e infraestrutura física (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

A inserção do ensino tradicional nas escolas que atendem o Vale do Ribeira engloba uma série de adaptações desafiadoras para as mesmas. O corpo docente deveria adaptar o currículo escolar para que fossem contemplados os saberes tradicionais quilombolas em todas as disciplinas da educação básica, inclusive, e principalmente, se tratando de Ciências e Biologia. Trata-se de uma flexibilidade de currículo de caráter interdisciplinar, articulando entre a base nacional comum e os saberes tradicionais (CARRIL, 2017). Para que isso seja feito, lideranças quilombolas em parceria com o corpo docente das escolas e a Defensoria Pública criaram a proposta do Ensino Diferenciado, da qual as principais demandas estão listadas no

Quadro 1. A proposta foi divulgada na comunidade em forma de uma cartilha (Fotografia 10).

A literatura confere a reivindicação dos quilombolas para a participação na construção do material didático das escolas realizadas pelo MEC e outros sistemas de ensino voltados para a educação quilombola (Ministério da Educação, 2013). Juntamente com os moradores, se encontram estudiosos da área e núcleo de estudos Afro-Brasileiros. As ações para que o ensino diferenciado ocorra nas instituições de ensino das comunidades e também as que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ocorrem através da memória coletiva, tradições, acervos e repertórios orais, que trazem uma especificidade de cada comunidade em relação às práticas culturais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

O currículo da Educação Escolar Quilombola de cada instituição de ensino deve dialogar diretamente com as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, registradas no Parecer do CNE/CP nº 3/2004 e na Resolução CNE/CP nº1/2004. Assim, será trazido por meio da educação um fortalecimento de identidade, cultura afro-brasileira e africana ressignificada através das comunidades quilombolas. Demandas como projetos interdisciplinares e outros projetos pedagógicos destinados à diferentes níveis escolares também estão contemplados na Cartilha (Quadro 1, Fotografia 10). Os projetos da Cartilha encontram-se assegurados pelas leis e decretos do estado de São Paulo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Em contrapartida às solicitações citadas na cartilha, impasses foram citados por Dona Diva e Mara, os quais dificultam a realização do projeto. O primeiro trata-se da contratação de professores da escola do Batatal ser realizada via concurso anual, pois a rotatividade impede que o projeto tenha continuidade efetiva. A realização de projetos duradouros e, principalmente, que estão em concordância com o currículo geral do governo do estado de cada série/ano escolar é dificultado. Isto porque há o desconhecimento de professores sobre ensino diferenciado e, conseqüentemente uma falta de interesse em adaptar o projeto juntamente com o currículo em apenas um ano. Há uma lei estadual que assegura a especialização de professores que atendam as comunidades para que ocorra a inclusão do ensino diferenciado, mas a falta de engajamento do município impede a promoção de cursos.

“Não queremos de jeito nenhum mudar o ensino, queremos algo a mais para incluir a nossa linguagem e não sermos discriminados.”

Dona Diva.

Quadro 1: Demandas e propostas do Ensino Diferenciado.

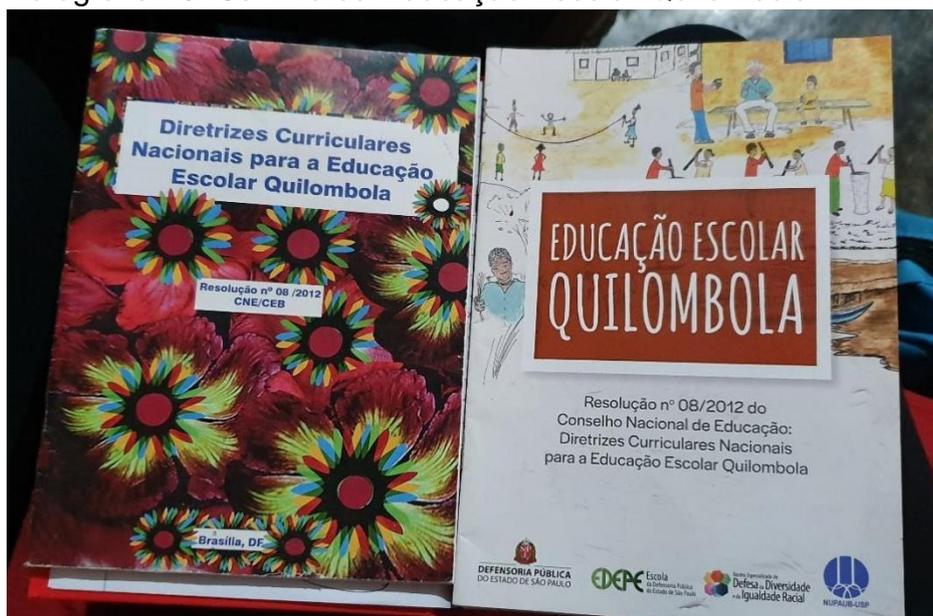
| |
|---|
| Formação e admissão de professores de dentro da comunidade, pois estes são capazes de entender melhor das demandas da comunidade, costumes ainda presentes e conhecimento da flora e fauna local; |
| Construção de um material didático diferenciado, que aborde conhecimentos tanto rurais quanto quilombolas, pois corresponde a população que as escolas do Vale do Ribeira atendem; |
| Garantia de direito do aluno de ter conhecimento sobre a história dos remanescentes de quilombos, o protagonismo do movimento quilombola, movimento negro e histórico de lutas; |
| Implementar a educação de relações étnico-raciais, bem como a cultura afro-brasileira e africana, principalmente como processo civilizatório do país; |
| Respeitar a diversidade sexual, não tolerando comportamentos machistas, sexistas, homofóbicas e de qualquer outro caráter preconceituoso; |
| Adaptação do calendário escolar, levando em conta datas importantes de representação cultural quilombola. |

Fonte: Cartilha Educação Escolar Quilombola (2012).

Para algumas regiões do Brasil foi produzido pelo Ministério da Educação (2013) materiais didáticos a serem distribuídos nas escolas quilombolas. Esse material passa pela Secretaria da Educação, a partir da qual é feito o encaminhamento as devidas instituições. Porém, nesse fluxo, muitos gestores das Secretarias municipais não têm conhecimento sobre as escolas quilombolas de sua região ou município. Isto impede que o material seja acessado pelo corpo docente nas escolas.

Segundo dados do Ministério da Educação (2013), foram distribuídos 5.053 kits e aproximadamente 300 mil livros didáticos com conteúdo variado sobre cultura e história quilombolas. São alguns deles: *“Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei nº 10.639/2003”*, *“Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais”*, *“Superando o racismo na escola”*, *“Estórias Quilombolas”*, *“Quilombos – Espaço de resistência de homens e mulheres negras”*.

Fotografia 10: Cartilha da Educação Escolar Quilombola



Fonte: OLEGÁRIO, M. (2019).

Como citado anteriormente, a distância e falta de acessibilidade para chegar à escola também é um impasse para incentivar quilombolas a frequentarem a escola e ainda permanecerem na comunidade. Segundo relatos de dona Diva e seu Antônio Jorge, há um projeto do estado de pavimentação da estrada que atravessa as duas comunidades, bem como a construção de uma ponte no lugar da balsa dá acesso à rodovia SP-165 (Mapa 1).

Há certo receio por parte das lideranças quilombolas quanto a isto. Segundo eles, apesar de a proposta parecer um investimento positivo, pode haver interesses escusos em atividades de mineração e construção de barragens hidrográficas na região. Ambas poderiam degradar amplas porções de Mata Atlântica na região e inviabilizar a permanência de muitas de suas comunidades quilombolas.

No âmbito das práticas religiosas e sua interface com a educação, a literatura confere em diferentes comunidades distribuídas pelo território brasileiro grande sincretismo religioso (GOMES, 2015). No caso do Vale do Ribeira a forte presença de igrejas evangélicas dentro das comunidades se faz presente, em detrimento às matrizes africanas e do catolicismo dessas comunidades.

Mara comenta sobre a religião como um impasse para abordar a história dos quilombolas na escola, relatando um certo conflito em abordar certas temáticas da cultura quilombola em sala de aula. Isto porque muitos discentes frequentam igrejas neopentecostais, podendo ocorrer intervenção dos pais impedindo a realização das

atividades. O Ministério da Educação (2013) destaca que o currículo escolar não deve privilegiar alguma religião ou crença, da mesma maneira que não se deve generalizar os quilombolas como participantes exclusivos de práticas religiosas de matrizes africanas ou cristãs.

Adicionalmente, a necessidade de a escola unir três modalidades de ensino (quilombola, rural e urbano) na região, conforme Diretrizes e Bases Nacionais, representa importantes desafios de junção e adaptação de currículo discutidos neste trabalho. Dificuldades consequentes da união dos três ensinos também podem ser vistas, por exemplo, através de relatos sobre discriminação, citados por dona Diva e por Antônio Jorge, em diversos momentos da vida escolar. Muitas crianças quilombolas que frequentavam escolas rurais não usavam calçados e faziam tranças nos cabelos, o que era motivo de racismo entre os colegas. Há alguns professores como Edilene que falam sobre a representatividade e cultura negra, fazendo com que os alunos entendam que é uma questão de inclusão.

No mês da consciência negra (novembro), as diretorias das escolas do Vale do Ribeira, mas principalmente de Batatal, convidavam moradores como Salete, dona Diva e seu Antônio Jorge para contar histórias da cultura quilombola e confeccionar brinquedos tradicionais. Dona Diva ainda ressalta que todas as crianças (inclusive as não quilombolas) devem conhecer a história e a cultura.

A escola, como local de primeira socialização da criança, deve atuar de maneira abrangente em seus conteúdos, abordando as especificidades que a cultura e a história quilombola possui através da proposta do ensino diferenciado. Lidar com a educação de forma neutra não é sinônimo de incluir o conhecimento de diferentes culturas ao currículo escolar (CARRIL, 2017). O ambiente escolar hoje é moldado a partir do que se passa na sociedade. Portanto, é necessário adequar-se às especificidades da região, para que o conhecimento seja adquirido através do que se conhece, através de sua realidade, de maneira humanizada (BRANDÃO, 2002).

Paulo Freire e outros educadores chamam essa prática pedagógica de *Educação Popular*, onde o sujeito que está construindo o seu conhecimento tem como fundamentação sua própria cultura e história de sua comunidade (CARRIL, 2017). A educação nessa prática deixa de possuir um modelo universal e passa a ser construída de maneira específica com a realidade em que se insere a escola (FREIRE, 2006).

A colaboração do município para que o projeto com as escolas ocorra é de grande importância para os quilombolas, pois o concurso de admissão de professores é realizado pela prefeitura. Porém, apesar do projeto ser desenvolvido pelo governo do estado, a prefeitura do município de Eldorado não realiza a assessoria necessária nem disponibiliza treinamento especializado de ensino quilombola para os novos professores que ingressam nas escolas, dificultando o desenvolvimento do ensino diferenciado. Dona Diva exemplifica que mesmo o Vale do Ribeira contando com escolas que atendem apenas crianças e jovens quilombolas (localizadas na comunidade de André Lopes) o currículo ofertado é baseado nas Diretrizes Nacionais e não no ensino diferenciado proposto na cartilha.

Há uma cobrança por parte das lideranças da comunidade sobre os professores que já possuem o material do ensino diferenciado para ser aplicado nas escolas, juntamente com o que o governo propõe. Uma grande preocupação se baseia na linguagem, pois a variação de algumas palavras relacionadas a cultura dos quilombolas e as demais crianças e jovens que as escolas englobam (zona rural), além de outras questões já mencionadas, podem gerar casos de bullying e racismo.

A importância de conscientizar crianças (Fotografia 11) e adolescentes sobre a história de sua comunidade e como ela deve ser preservada pode ocorrer através de diferentes temáticas do ensino de ciências, juntamente com saídas de campo, relatos históricos de moradores mais velhos e também com projetos interdisciplinares dentro e fora da escola.

Diversas outras atividades de caráter informal (fora do currículo proposto pelos quilombolas) são feitas pelos professores das escolas que também são de grande importância para a conscientização dos alunos sobre os quilombolas. A professora Edilene, durante a visitação à escola da Vila, relatou que todo mês desenvolve pelo menos uma atividade que envolva a cultura quilombola, em especial no mês da consciência negra. Faz também o trabalho de recorte de imagens de animais selvagens típicos da Mata Atlântica, incentiva os pais a contarem antigas histórias da comunidade e aos alunos cantarem músicas tradicionais ao final das aulas (Fotografia 12). O professor da disciplina de Educação Física da escola de Batatal também desenvolve, durante as aulas, brincadeiras típicas que vão além do projeto da escola.

Os próprios moradores da comunidade têm iniciativa e propostas para tornar a cultura quilombola mais presente na vida dos jovens: seu Antônio Jorge comenta sobre a proposta de levar os alunos para a fazenda Caiacanga, onde suas estruturas

foram conservadas como parte da estância turística de Eldorado. As senzalas onde os escravos se instalavam e as casas de produção de lenha, farinha e outras atividades se fazem presentes na fazenda. Seu Antônio Jorge explicita que medidas como esta são importantes para conhecer a história das comunidades da região, principalmente de Pedro Cubas.

Fotografia 11: Aluna escrevendo na lousa da escola da Vila de Pedro Cubas²



Fonte: HAIALA, L. A. (2019).

Outro tópico importante quando se pensa em currículos adaptados diz respeito ao calendário escolar e aos métodos avaliativos. O currículo da Educação Escolar Quilombola deve incluir comemorações nacionais, regionais e também locais, que podem ser discutidos na escola junto ao corpo estudantil. A formação de Grêmios e Conselhos estudantis até mesmo para as instituições de ensino fora da comunidade, também dá a possibilidade de haver visitas às escolas para consulta de moradores e lideranças para enaltecer as festividades locais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Por último, a avaliação dos alunos como parte do processo de aprendizagem foi construída nas Diretrizes Nacionais da Educação. Esta abordagem se assemelha

² O uso de imagens das comunidades foi autorizado em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por representantes legais das comunidades estudadas e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos. No caso da fotografia 11, teve-se ainda o cuidado de editar a imagem para que a identidade da criança em questão fosse preservada.

a aspectos da Educação Escolar Indígena (CNE/CEB nº13/2012), e destoa das metodologias do sistema nacional da educação. O currículo inclui uma avaliação cautelosa do aluno que dialoga com suas vivências socioculturais no campo e seu ensino tradicional. Nesse sistema, a avaliação é feita por profissionais da educação preparados e familiarizados com o ensino diferenciado, que compreendem as diferenças de aprendizagem entre alunos quilombolas e não quilombolas - em caso de uma junção de currículos como ocorre na escola da Vila de Batatal.

Fotografia 12: Atividade de recorte e colagem “Os Negros” realizada pelos alunos da escola da Vila de Pedro Cubas



Fonte: HAIALA, L. A. (2019).

4.7 Roça de coivara, alimentação e escola

Este tópico inclui uma temática importante trazida por alguns moradores entrevistados: a alimentação. A cultura quilombola e sua aproximação com o cultivo de diversos alimentos para subsistência se conecta diretamente com a alimentação dos alunos das escolas da vila e de Batatal. Vale ressaltar que os quilombolas

possuem grande consciência dos malefícios de agrotóxicos e outros inseticidas nas suas plantações. São também detentores de conhecimentos e práticas agrícolas alternativas para manter a produtividade de suas roças. Seu Antônio Jorge realiza reuniões e conversas conscientizadoras com os moradores, para garantir a prática tradicional da roça de coivara. É de grande preocupação das lideranças manter os moradores dentro das leis ambientais no nível estadual e federal.

A prática agrícola realizada por populações tradicionais residentes em área de Mata Atlântica é assegurada pela Lei 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), regulamentada através de um Decreto Federal (6.660) de 21 de novembro de 2008. A legislação prevê que a renovação das licenças para as áreas de roça deve ocorrer anualmente, sendo autorizada somente se multas e outros débitos do agricultor com os órgãos ambientais operantes na região estiverem quitados. Porém, muitos moradores se sentem desconfortáveis por não possuírem recursos monetários para pagar as eventuais multas e seguem com a atividade agrícola.

A legislação mencionada acima permite a abertura de roças de até dois hectares por família por ano (Artigo 30 do mesmo Decreto Federal), em área florestada de estágio médio de regeneração. Seu Antônio Jorge procura se responsabilizar por todos da comunidade que desejam realizar a roça e garantir que estejam de acordo com as leis e condições citadas.

A subsistência dos moradores sempre teve como base o cultivo de alimentos tradicionais nas antigas “capuovas”, espaço de cultivo estabelecido distante das residências dos moradores. Nas “capuovas” se praticava o cultivo itinerante de corte-e-queima, com um sistema de rotatividade das roças de modo a garantir a recuperação do solo em áreas já utilizadas. Além das roças em si, o espaço da “capuova” também era marcado pelo paiol, estrutura rústica construída para estocagem e proteção dos alimentos contra chuvas e a predação por parte dos animais silvestres (PEDROSO JR. *et al.* 2008; MUNARI, 2009). Salete explicita a plantação de banana de sua mãe para vender na vila de batatal, juntamente com a extração de lenha (denominado na época como “cento de lenha”). Seu pai plantava arroz e feijão para alimentar os filhos (Fotografia 13).

A criação de uma horta dentro da escola, cuidada sem o uso de agrotóxicos e adubada naturalmente pode auxiliar na merenda e ainda incentivar as práticas de roça realizadas pelos quilombolas. Essa prática já é realizada por dona Jurema na escola da vila, ressaltando ainda que o próprio estado oferece muitos alimentos enlatados e à

base de conservantes aos quais os alunos parecem não se familiarizarem. Os alimentos da horta são alface, tomate cereja, hortelã, cebolinha, salsa, limão, entre outros. Essa prática é de grande importância pois muitas vezes em atividades informais as crianças participam da manutenção da horta, cultivando esta prática e os conhecimentos a ela associados.

É observado nas Diretrizes Nacionais da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013) uma reivindicação do Movimento Quilombola sobre a alimentação das crianças e jovens. Pretende-se que esta alimentação esteja articulada aos costumes de cada comunidade em que as escolas se inserem, frisando a preferência por ter alimentos produzidos localmente. Esta reivindicação levou à estruturação de um projeto que deverá ser específico para cada região brasileira, e prevendo uma cooperação entre municípios, estado e Distrito Federal.

Para que este projeto venha a ser implementado nas escolas, é necessária uma superação de práticas alimentares industrializadas, um diálogo direto com lideranças das comunidades envolvidas e, principalmente, o respeito pelas especificidades e o conhecimento tradicional dos moradores, de maneira que estes sejam os protagonistas do processo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Além da alimentação, muitas plantas cultivadas na própria escola da vila são utilizadas para fins medicinais, como por exemplo a planta conhecida popularmente como Hortelã-japonesa ou vaporub (*Mentha arvensis*) para combater a sinusite, congestão nasal e reduzir crises asmáticas. Há, entre os moradores e a horta da escola, trocas de diversas hortaliças com o intuito de aumentar a diversidade de alimentos que são plantados e melhorar a qualidade nutricional das refeições que a escola promove.

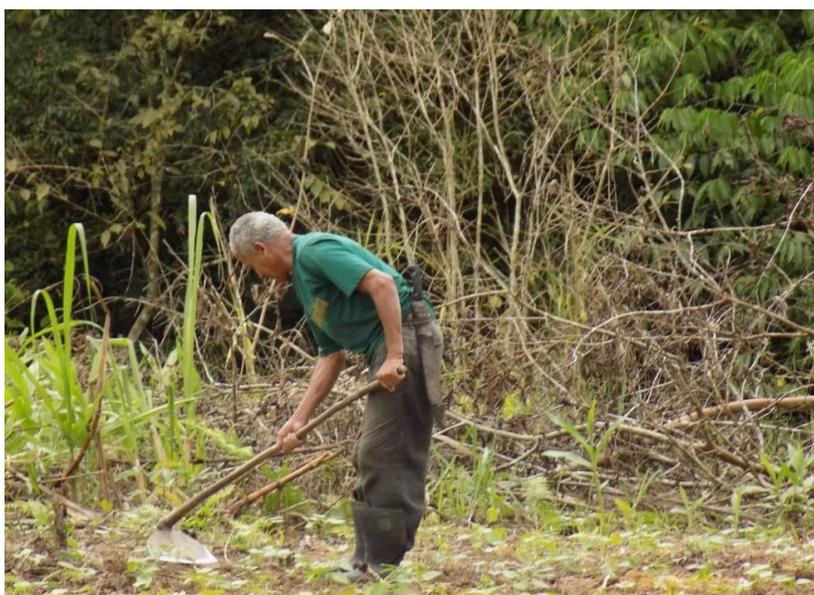
Durante uma discussão sobre a roça de coivara, dona Diva ressalta a importância dos alimentos orgânicos e a conscientização que ela, juntamente com seu Antônio Jorge, repassa para os moradores quanto ao uso de agrotóxicos. Para seu Antônio “*Educação sem saúde não vai pra frente*” (Fotografia 14). Juntamente com essa conscientização, costumavam realizar mutirões tradicionais na fase pré-vila que uniam quilombolas que auxiliavam uns aos outros nas atividades agrícolas. Durante uma das etapas de campo para este estudo, foi possível presenciar um desses mutirões (apesar de não ser mais comum atualmente). A divisão de tarefas se baseia em capinar, roçar e queimar o solo. Ao final do trabalho, os moradores se reúnem para se confraternizarem pelo trabalho realizado.

Fotografia 13: Família separando o arroz recém colhido na peneira



Fonte: HAIALA, L. A. (2020).

Fotografia 14: Seu Antônio Jorge em sua roça.



Fonte: HAIALA, L. A. (2020).

Por ser uma atividade pouco realizada atualmente, mas de grande importância cultural, seria uma possibilidade para crianças e jovens da escola participarem, observando-a. Uma parceria entre a escola e a comunidade para acompanhar as fases do corte, queima, plantio e colheita seria uma atividade que colocaria os jovens em

contato com uma prática tradicional de alto valor histórico e cultural no contexto quilombola do Vale do Ribeira.

5. Considerações Finais

Através do registro de narrativas, da vivência em campo junto aos moradores locais, e da literatura acadêmica sobre o tema, foi possível compreender aspectos da realidade do acesso à escola pelos moradores das comunidades quilombolas de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima em diferentes épocas. Este estudo também discutiu os desafios envolvidos na implementação de um Currículo Escolar Quilombola para a região do Vale do Ribeira, conforme prevista na Resolução CNE/CEB nº 1/2002 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Seguindo uma ordem cronológica em relação aos relatos obtidos, têm se primeiramente os moradores mais velhos da comunidade (que vivenciaram o contexto pré-vila). Estes apresentaram semelhanças em suas falas, principalmente sobre as dificuldades de acesso à escolarização. Os principais pontos mencionados foram: distância entre a comunidade e as escolas, ausência de meios de transporte próprios e precariedade do transporte público e escolar, e, conseqüentemente, as dificuldades em finalizar o Ensino Básico e realização do Ensino Superior. Essa última se deve principalmente à falta de condições financeiras e interrupções na vida escolar para auxiliar em tarefas domésticas e na economia familiar. Elementos tradicionais sobre a fauna e flora local foram observados nas falas dos moradores mais velhos, possivelmente devido ao processo de socialização muito diferenciados em relação às gerações mais jovens. Esses conhecimentos eram adquiridos através da experiência ambiental vivenciada com seus pais no passado, especialmente mobilizada por práticas cotidianas de roça e caça.

Também foi possível constatar neste trabalho um forte e atual interesse dos moradores e educadores locais em construir um Projeto Político Pedagógico que esteja de acordo com os costumes e tradições específicos das comunidades em questão. A cartilha desenvolvida e atividades práticas realizadas em parceria com moradores e corpo docente são exemplos dessas iniciativas. Vale lembrar que o Vale do Ribeira já possui uma escola com o Ensino Diferenciado contemplado no currículo, Escola Maria Antônia Chules Princesa. Além disso, há dentro das comunidades estudadas um interesse em melhorar a alimentação escolar, respeitando práticas agrícolas livres de agrotóxicos.

Certas práticas tradicionais locais, principalmente o cultivo da coivara, diminuiu sobremaneira entre os quilombolas da região após a década de 1970-1980 (período denominado como pós-vida neste trabalho). Esse dado antropológico presente na literatura acadêmica aqui consultada, também se evidenciou nas narrativas quilombolas e dos educadores. Além das implicações para a economia das famílias, esse processo também afasta os mais jovens de práticas tradicionais e do complexo repertório de conhecimentos ambientais dos mais velhos.

Os cenários aqui citados revelaram a importância da conscientização de crianças e jovens através da educação. Se incluídos no currículo escolar, tópicos acerca da história da escravidão, das comunidades quilombolas da região e da centralidade da cultura africana na formação da nação brasileira, poderão permitir que os alunos quilombolas reconheçam e valorizem a sua origem e direitos.

Todas as escolas consideradas no presente trabalho são públicas, sejam elas municipais ou estaduais, e atendem majoritariamente alunos afrodescendentes. Este fato traz a reflexão da instituição de ensino como local de primeira socialização da criança, e de reconhecimento identitário no nível individual e coletivo. A maneira como adquirem seu conhecimento, diferentemente de um contexto urbano e de uma ciência privilegiada, deve ser incorporada em toda extensão do currículo escolar. Materiais didáticos adaptados, desenvolvimento de atividades interdisciplinares e multiculturais podem contribuir para a inclusão da cultura quilombola ao ambiente escolar e para muito além dele.

Este trabalho teve como intenção iniciar uma discussão sobre a extensa problemática da educação quilombola no Vale do Ribeira, a partir do registro de narrativas locais no contexto das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. Novos estudos se fazem necessários para que as propostas aqui sugeridas e outras novas possam ser mais bem avaliadas e desenvolvidas. É ressaltada aqui a importância de um constante diálogo entre a academia, as comunidades e outros setores da sociedade envolvidos nestas questões. Assim, a educação quilombola poderá estar à altura do complexo momento histórico vivenciado hoje por esta população, seja no Vale do Ribeira, seja no Brasil como um todo.

6. Referências Bibliográficas

ADAMS, C.; MUNARI, L. C.; VLIET, N. V.; MURRIETA, R. S. S.; PIPERATA, B. A.; FUTEMMA, C.; PEDROSO JR, N. N. P.; TAQUEDA, C. S.; CREVELARO, M. A.; PRADO, V. L. S. **Diversifying Incomes and Losing Landscape Complexity in Quilombola Shifting Cultivation Communities of the Atlantic Rainforest (Brazil)**. Springer Science, v. 41 p. 119-137. University of São Paulo, 2013.

ALVES, A. G. C.; SOUTO, F. J. B.; PETRONI, N. **Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação**. Recife: NUPEEA, 2010.

ANDRADE, L.; TRECCANI, G. Terras de quilombo: Direito agrário brasileiro hoje. In MEDEIROS, K. M. **Quilombos e a identidade étnica segundo Eliane Cantarino O'dwyer**. São Paulo: Editora LTr, p. 52-67, 2000.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola**. 2ª edição. EDUSC/AMPOCS, 2006.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRONDIZIO, E. S.; TOURNEAU, F.M. L. **Environmental governance for all: Involving local and indigenous populations is key to effective environmental governance**. Science, v. 342, n. 6291, 2016.

CAMPOS, M. Etnociência ou Etnografia de saberes, técnicas e práticas. In AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. **Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. UNESP/CNPq, p.47-90, 2002.

CARRIL, L. F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto**. Revista Brasileira de Educação, v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

CARRIL, L. F. B. **Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombos no Brasil**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. 6, nº 119, 2002.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSK, A. **Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral**. Biblos, Rio Grande, v.16 p.7-24. 2004.

DIRZO, R.; YOUNG H. S.; GALETTI, M.; CEBALLOS, G.; ISAAC, N. J. B.; COLLEN, B. **Defaunation in the Anthropocene**. Science, v. 345, n. 6195, 2014.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48ª edição, 2006.

FUTEMMA, C.; MUNARI, L. C.; ADAMS, C. **The afro-brazilian collective land. Analyzing Institutional Changes in the Past Two Hundred Years.** Latin American Research Review, p. 26-48, 2016

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil** - 1º edição. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (Coleção Agenda brasileira).

HANAZAKI, N. **Comunidades, Conservação e Manejo: o papel do conhecimento local.** Biotemas: 16(1): 23-47, 2003.

IANOVALI, D.; ADAMS, C.; RIBEIRO FILHO, A. A.; KHATOUNIAN C. A. **Produtividade agrícola e mudanças socioculturais: a agricultura quilombola no Vale do Ribeira-SP Brasil.** Desenvolvimento e meio ambiente, v. 49. USP, São Paulo, 2018.

JÓFILI, ZÉLIA. **Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola.** Educação: teorias e práticas 2.2, p. 191-208, 2002.

MATTOS, C.L.G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, C.L.G.; CASTRO, P. A. **Etnografia e educação: conceitos e usos.** Campina Grande: EDUEPB, p. 49-83, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** 1º edição. Brasília: MEC, p. 424-440, 2013.

MORAN, E. F. **Adaptabilidade Humana.** São Paulo: EDUSP, 2010.

MOVIMENTO DOS AMEAÇADOS POR BARRAGENS (MOAB). **Vale do Ribeira.** Acesso 27 set. de 2020.

MUNARI, L. I. **Memória social e ecologia histórica: a agricultura de coivara das populações quilombolas do vale do Ribeira e sua relação com a formação da mata atlântica local.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Ecologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2009.

NASCIMENTO, L. K. **Identidade e territorialidade: os quilombos e a educação escolar no Vale do Ribeira.** Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA JR, A. N. D. Comunidade Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhuguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Vale do Ribeira do Iguape-SP. In. **Negros do Ribeira: Reconhecimento Étnico e Conquista do Território,** Laudo Antropológico. p.179-212 2000.

PEDROSO, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; TAQUEDA, C. S.; NAVAZINAS, N. D., RUIVO, A. P.; BERNARDO, D. V.; NEVES, W. A. **A casa e a roça: socioeconomia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil**. Boletim do Museu Paranaense. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 2, p. 227-252, 2008.

PRADO, H. M. **Quilombolas do Vale do Ribeira**. Ciência Hoje. v. 58, n. 343, p. 33-37, 2016.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. **A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão**. Ambiente & Sociedade, São Paulo v. 18, n. 4 p. 139-160, 2015.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R. S. S. **The Role of Swidden Cultivation in Shaping Ethnozoological Knowledge: Integrating Historical Events and Intergenerational Analyses among Quilombolas from Southeast Brazil**. Journal of Ethnobiology, v. 38, n. 3, p. 297-313, 2018.

SANTOS, K. M. P.; TATTO, N. **Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira**. Instituto Socioambiental, 1º edição. São Paulo, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOS MATA ATLÂNTICA. **"Mata Atlântica."** Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo. Bauru: EDUSC, 2006.

STUCCHI, D.; OLIVEIRA, A. N. J.; CHAGAS, M. F., BRASILEIRO, S. S. **"Laudo Antropológico: 43 comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões"**, 2000.

TAQUEDA, C. S. **A Etnoecologia dos jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira**. Dissertação de mestrado, Departamento de Ecologia, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP, Brasil, 2009.

VALENTIN, A. **Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil, 2006.

VASCONCELLOS, M. C. **Um olhar etnobotânico para os usos dos recursos vegetais dos terreiros de uma comunidade remanescente de quilombos do Vale**

do Ribeira, SP. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Agronômicas. Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP, Brasil, 2004.

VELASCO, H.; DIAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica. Un modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela.** Madrid: Trotta, 1997.

WOORTMANN, E. F. **O sítio Camponês.** Anuário Antropológico, v.81, p.165-202, 1983.

ZARGER, R. K. Ethnobiology and Biocultural Diversity. In ZARGER, R. K; STEPP, J. R.; WYNDHAM, F. S. **Acquisition and Transmission of Subsistence Knowledge by Q'eqchi' Maya in Belize,** p. 593–603. University of Georgia Press, Athens, GA, 2002.

7. Lista de Ilustrações

Mapa 1: B. Camila (2020). **Vale do Ribeira: região abrangente das comunidades de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima.**

Figura 1: Google Maps (2019). **EMEIF - E. E. Professora Maria das Dores Viana Pereira.** Disponível em: https://www.google.com/maps/uv?pb=!1s0x94c4d223826128f1%3A0x387bef6cc103b1ad!3m1!7e115!4s%2Fmaps%2Fplace%2FEMEIF%2B-%2BE.%2BE.%2BProfessora%2BMaria%2Bdas%2BDores%2BViana%2BPereira%2F%40-24.5959696%2C-48.2154342%2C3a%2C75y%2C167.57h%2C90t%2Fdata%3D*213m4*211e1*213m2*211s!fXEadC51Erd1NO6ICiZkQ*212e0*214m2*213m1*211s0x94c4d223826128f1%3A0x387bef6cc103b1ad%3Fsa%3DX!5sEMEIF%20-%20E.%20E.%20Professora%20Maria%20das%20Dores%20Viana%20Pereira%20-%20Pesquisa%20Google!15sCglgAQ&imagekey=!1e2!2s!fXEadC51Erd1NO6ICiZkQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj-hpb496ztAhWaH7kGHcWvCC0Qpx8wCnoECBUQAw&cshid=1606831013650126

Fotografia 1: OLEGÁRIO, M. (2019). **Acesso a balsa para travessia do Rio Ribeira de Iguape.**

Fotografia 2: SILVA, K. S. (2020). **CMEI Bairro Pedro Cubas.**

Fotografia 3: CUNHA, M. (2020). **E.M.E.F com a Escola Estadual Maria Júlia de França Silva.**

Fotografia 4: SILVA, W. D. (2020). **Escola Maria Antônia Chules Princesa.**

Fotografia 5: SILVA, W. D. (2020). **ETEC Centro Paula Souza.**

Fotografia 6: HAIALA, L.A. (2019). **Estrada de terra – Pedro Cubas.**

Fotografia 7: PRADO, H. M. (2018). **Protesto dos quilombolas para a melhoria das estradas.**

Fotografia 8: HAIALA, L. A. (2020). **Dona Leide a caminho de sua roça.**

Fotografia 9: HAIALA, L. A. (2019). **Biblioteca comunitária da comunidade de Pedro Cubas.**

Fotografia 10: OLEGÁRIO, M. (2019). **Cartilha Educação Escolar Quilombola.**

Fotografia 11: HAIALA, L. A. (2019). **Aluna escrevendo na lousa da escola da Vila de Pedro Cubas.**

Fotografia 12: HAIALA, L. A. (2019). **Atividade de recorte e colagem “Os Negros” realizada pelos alunos da escola da Vila de Pedro Cubas.**

Fotografia 13: HAIALA, L. A. (2020). **Família separando o arroz recém colhido na peneira.**

Fotografia 14: HAIALA, L. A. (2020). **Seu Antônio Jorge em sua roça.**